

6º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA A OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Delegações de Registro Civil das Pessoas Naturais

EDITAL Nº 04/2009 – CONTEÚDO E GABARITO DA PROVA DE SELEÇÃO

O Presidente da Comissão Examinadora do 6º Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo — Delegações de Registro Civil das Pessoas Naturais, Desembargador JOSÉ RENATO NALINI, **TORNA PÚBLICO** o conteúdo e o gabarito da Prova de Seleção (versões 01, 02, 03 e 04) do referido certame, realizada em 30 de agosto de 2009:

VERSÃO 01

REGISTROS PÚBLICOS

01. A competência notarial para lavrar escritura pública de separação consensual requer que o casal que esteja se separando
 - (A) resida na circunscrição territorial da competência do tabelião de notas.
 - (B) não tenha filhos menores ou incapazes.
 - (C) não tenha filhos menores, nem tampouco exista testamento válido de algum dos cônjuges, no momento da lavratura do ato notarial da separação consensual.
 - (D) não tenha bens a partilhar.
02. Efetivada, no ano de 2009, adoção de pessoa maior, o ato a ser escriturado pelo registrador civil das pessoas naturais será
 - (A) averbação de escritura pública de adoção simples, efetuada à margem do assento de nascimento do adotado.
 - (B) cancelamento do assento de nascimento originário do adotado e efetivação de novo registro de nascimento, em cumprimento a mandado judicial respectivo.
 - (C) averbação da sentença judicial concessiva da adoção, efetuada à margem do assento de nascimento do adotado em cumprimento a mandado judicial respectivo.
 - (D) cancelamento do assento de nascimento originário do adotado e efetivação de novo registro de nascimento, em cumprimento à escritura pública de adoção simples.
03. Um homem e uma mulher, ambos solteiros e com mais de 60 anos de idade, sem filhos em comum, com uma comunhão de vida sem interrupções, iniciada em 26 de março de 1966, pretende convolar núpcias. É correto afirmar que o regime de bens do matrimônio
 - (A) deverá ser necessariamente o da comunhão de bens, para garantir a comunicação dos bens adquiridos individualmente durante o período em que mantiveram uma comunhão de vida.
 - (B) deverá ser o da separação legal de bens ou da separação convencional de bens, haja vista a idade dos nubentes.
 - (C) deverá ser o da separação legal de bens, haja vista a idade dos nubentes.
 - (D) poderá ser livremente convencionado, haja vista expressa disposição legal exceptiva.
04. O registro tardio de nascimento de pessoa com mais de 12 anos de idade
 - (A) poderá ser feito diretamente na serventia de registro civil das pessoas naturais, sem necessidade de intervenção judicial, desde que o oficial tenha segurança jurídica para a prática do ato e com a observância das disposições normativas regulamentadoras da questão.
 - (B) deverá ser iniciado por procedimento administrativo na própria serventia de registro civil das pessoas naturais, porém, o registro necessariamente dependerá de final autorização do juízo correedor, haja vista a idade do registrando.
 - (C) dependerá necessariamente de determinação judicial, após regular procedimento jurisdicional.
 - (D) deverá ser feito, de pronto, na própria serventia de registro civil das pessoas naturais, não mais havendo possibilidade de análise da questão pelo juízo correedor, haja vista a atual legislação em vigor.
05. A emancipação legal
 - (A) necessita, para produzir efeito, de seu registro no Livro E do oficial de registro civil das pessoas naturais do 1.º subdistrito competente.
 - (B) necessita, para produzir efeito, de sua anotação à margem do assento de nascimento do emancipado.
 - (C) necessita, para produzir efeito, de sua averbação à margem do assento de nascimento do emancipado.
 - (D) independe de assentamento específico no registro público, produzindo efeito desde logo, a partir do ato ou do fato que a justifique.
06. Sítio oficial do Tribunal de Justiça de São Paulo na Internet que fixa um sistema eletrônico de comunicação, arquivamento e pesquisa integrada de dados, entre as unidades extrajudiciais paulistas e o respectivo órgão correccional central, e agrega, além de serviços de repasse de informações, outros de interesse geral no âmbito notarial e de registros públicos, como os de publicações de provimentos, portarias, comunicados, decisões e ementários de pareceres da Corregedoria Geral da Justiça, bem como de acórdãos do Conselho Superior da Magistratura referentes às dúvidas registrárias:
 - (A) Portal dos Serviços Notariais e de Registros, que é de acesso diário obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
 - (B) Portal do Extrajudicial, que é de acesso semanal obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
 - (C) Portal do Extrajudicial, que é de acesso diário obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
 - (D) Portal dos Serviços Notariais e de Registros, que é de acesso semanal obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
07. Júlio, casado sob o regime de separação de bens com Maria, pretende doar, a seu primogênito Júnior, imóvel particular seu. O tabelião deverá
 - (A) exigir a autorização de Maria e a anuência dos irmãos de Júnior.
 - (B) dispensar a autorização de Maria e a anuência dos irmãos de Júnior.
 - (C) exigir a autorização de Maria e dispensar a anuência dos irmãos.
 - (D) dispensar a autorização de Maria e exigir a anuência dos irmãos de Júnior.

08. A aquisição de imóvel rural no Brasil, com área maior que três módulos, por pessoa física estrangeira, depende de autorização do poder público. Quando a Lei estabelece o padrão-módulo, refere-se a módulo
- (A) de exploração indefinida.
 - (B) Fiscal.
 - (C) Rural.
 - (D) de fração mínima de parcelamento.
09. Em caso de escritura de alienação de terrenos urbanos contíguos, descritos em matrículas individualizadas e inscritos pela prefeitura municipal sob um único lançamento, a cobrança dos emolumentos será feita pelo tabelião
- (A) como um único ato e pelo registrador de imóveis como dois atos.
 - (B) e pelo registrador de imóveis como um único ato.
 - (C) e pelo registrador de imóveis como dois atos.
 - (D) como dois atos e pelo registrador de imóveis como um único ato.
10. Dentre os requisitos da escritura pública de venda e compra a seguir, quais são os essenciais?
- (A) Local, qualificação das partes, identificação do objeto, preço e forma de pagamento.
 - (B) Data, qualificação das partes, identificação do objeto e preço.
 - (C) Data, local, qualificação das partes, identificação do objeto e quitação.
 - (D) Data, local, qualificação das partes, preço e transmissão da posse.
11. Com relação ao testamento público, assinale a alternativa correta.
- (A) Ao cego só se permite o testamento cerrado.
 - (B) Ao estrangeiro que não compreende o vernáculo só se admite o testamento com tradutor público juramentado.
 - (C) O legatário pode figurar como testemunha.
 - (D) Pode ser feito por menor púbere.
12. Efetuada averbação de alteração do nome de um dos cônjuges no respectivo assento de casamento, deverá o oficial
- (A) comunicá-la ao registro de nascimento do outro cônjuge, para a devida anotação.
 - (B) abster-se de efetuar qualquer comunicação sobre tal averbação concretizada, por ausência de previsão normativa para tal.
 - (C) comunicá-la ao registro de nascimento daquele cônjuge que teve seu nome alterado, para simples anotação em seu respectivo assento de nascimento.
 - (D) comunicar às serventias onde foram registrados os filhos, para que se anote à margem dos assentos de nascimentos desses filhos a alteração do nome do genitor.
13. Francisca nomeia sua neta Sabrina, de 16 anos de idade, como sua mandatária, com plenos e gerais poderes. Pode-se afirmar que
- (A) a procuração somente poderá ser utilizada por Sabrina depois que ela completar 18 anos.
 - (B) a procuração é nula porque Sabrina é relativamente capaz.
 - (C) a procuração é válida, porém Francisca não tem como pedir prestação de contas.
 - (D) os atos praticados por Sabrina que exigem capacidade plena como, por exemplo, venda de imóveis, são anuláveis.
14. Assinale a alternativa correta.
- (A) O tabelião não poderá fornecer certidão de ato notarial incompleto, por falta de assinatura, sem autorização expressa do Juiz Corregedor Permanente.
 - (B) O tabelião deverá fornecer a certidão de seus atos notariais somente em papel de segurança específico, porém, se esse tipo de papel estiver em falta no cartório, poderá fazê-lo em papel comum, desde que timbrado do próprio cartório.
 - (C) O tabelião poderá cobrar emolumentos de certidão de escritura requerida por autarquia do Estado de São Paulo.
 - (D) Se a certidão fornecida pelo tabelião for em forma reprográfica, fica dispensado o uso de papel de segurança.
15. Assinale a alternativa correta.
- (A) Não pode haver requisição de força policial para os trabalhos correccionais, salvo necessidade de prisão em flagrante, em correição extraordinária.
 - (B) Juiz Corregedor Permanente e Corregedor Geral da Justiça exercem funções atípicas atribuídas ao Poder Judiciário.
 - (C) É vedada a extração de cópias e certidões do livro de visitas e correições.
 - (D) Toda visita correccional depende de publicação de edital.
16. O inciso XIII do art. 30 da Lei n.º 8.935/94 dispõe, dentre os deveres dos notários e oficiais de registro, o de "*encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados...*". Assim,
- (A) diante de qualificação positiva, deve ser encaminhado ao juízo competente o resíduo das dúvidas ainda pendentes dos interessados.
 - (B) se o notário ou oficial de registro estiver em dúvida sobre a prática do ato notarial ou de registro, deve formular consulta ao seu juiz corregedor.
 - (C) se os interessados não estiverem certos sobre a prática de ato notarial, o notário não o pode lavrar e deve encaminhar ao juízo a dúvida deles.
 - (D) diante de qualificação negativa, os interessados têm direito à requalificação em juízo, que não se pode obstar.
17. Quanto às despesas do livro diário da receita e da despesa, assinale a alternativa errada.
- (A) Devem ser relacionadas com a unidade do serviço delegado, vedado o lançamento de despesa pessoal do delegado.
 - (B) Seus comprovantes devem ser arquivados em pasta própria.
 - (C) Devem ser lançadas nesse livro no dia em que se efetivam.
 - (D) Devem ser lançadas como despesas impróprias as devoluções de depósitos prévios escriturados nesse livro, de atos que não forem praticados.
18. A necessidade de prévia averbação de edificação noticiada na escritura de compra e venda, não constante na matrícula do imóvel, para posterior registro do título, é indispensável, em observância ao princípio de
- (A) especialidade objetiva.

- (B) inscrição.
(C) continuidade.
(D) legitimação registral.
19. Quando se diz que é próprio da função dos notários não só a narração documental (*dictum*) com fé pública (*auctoritas + fides*), mas também a adequada qualificação jurídica do fato (*actum*) que há de ser escriturado, estão sendo ressaltadas, respectivamente, as seguintes funções dos notários:
(A) instrumentadora, conciliadora e jurisdicional.
(B) interventora, representativa estatal e de aconselhamento.
(C) formalizadora, certificadora e de administração de interesses públicos.
(D) redatora, autenticadora e de assessoramento.
20. "... provém de dispositivos das Ordenações..." e "é lançado pelo tabelião em papéis e atos avulsos (como certidões e reconhecimentos de firma); não cabe, segundo a boa técnica, nos seus livros de notas, pois isso, segundo deixa entrever Rocha de Siqueira, aberraria da própria finalidade autenticatória da rubrica" (Sylvio do Amaral). A referência do texto é feita
(A) à certificação digital de tabelião.
(B) ao sinal público de tabelião.
(C) à pública-forma.
(D) ao selo de autenticidade.
21. São, respectivamente, registros de eficácia declarativa (I) e de eficácia constitutiva (II):
(A) registro de óbito (I) e registro de casamento (II).
(B) registro de nascimento (I) e registro de óbito por morte presumida (II).
(C) registro de interdição (I) e registro de emancipação voluntária (II).
(D) registro de casamento (I) e registro de sentença de ausência (II).
22. Quanto às escrituras públicas de separação e divórcio consensuais, em que o separando ou divorciando for representado por mandatário, e às respectivas procurações, assinale a alternativa errada.
(A) Essas escrituras públicas de separação e divórcio não podem conter cláusula de renúncia nem de ajuste de obrigação alimentar (essa matéria deve ser objeto de solução judicial).
(B) O prazo de validade dessas procurações é de 30 (trinta) dias, mas se forem lavradas no exterior podem ter prazo de validade de até 90 (noventa) dias.
(C) O mandatário deve ser constituído em instrumento público.
(D) Poderes especiais não se confundem com descrição de cláusulas essenciais do ato a ser praticado, e essas procurações devem expressar ambos.
23. Assinale a alternativa incorreta.
(A) A sentença que julga procedente dúvida inversa mantém a recusa de registro do título.
(B) É apelável a sentença proferida em dúvida de registro e, no Estado de São Paulo, a Egrégia Corregedoria Geral de Justiça é competente para o julgamento do recurso.
(C) A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.
(D) O procedimento de dúvida deve ser sempre instruído com o título original.
24. A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, em processo judicial,
(A) não dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos para a prática de atos dos serviços notariais e de registro, mesmo que na determinação judicial conste essa circunstância.
(B) não dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos para a prática de atos dos serviços notariais e de registro por não abranger atos extraprocessuais.
(C) dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos para a prática de atos dos serviços notariais e de registro, incluindo a parcela devida aos tabeliães e registradores.
(D) dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos cabíveis ao Estado para a prática de atos dos serviços notariais e de registro, não incluindo a parcela devida aos tabeliães e registradores.
25. Em relação às sentenças de interdição, considere as assertivas:
I. são registradas no registro civil do 1.º subdistrito da sede da comarca, no Livro E ou seu desmembramento;
II. produzem efeitos desde logo, devendo o curador assinar o respectivo termo antes de seu registro;
III. são anotadas de ofício ou mediante comunicação nos assentos de nascimento e casamento do interdito.
São verdadeiras apenas as afirmações
(A) I e III.
(B) II e III.
(C) I e II.
(D) I.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Nossa Constituição Federal é tida pela doutrina como rígida em razão de
(A) não admitir emendas constitucionais, mormente se estas violarem cláusulas pétreas.
(B) poder ser modificada após certo tempo, se houver um plebiscito assim determinando.
(C) admitir alteração desde que esta só ocorra após determinado período da promulgação.
(D) ser modificada mediante maior solenidade do que exigido para as demais normas.
27. Quanto à sua extensão, nossa Constituição Federal é definida pela doutrina como
(A) sintética.
(B) analítica.
(C) concisa.
(D) flexível.
28. O poder constituinte atribuído aos Estados-membros para se auto-organizarem é denominado

- (A) decorrente.
 - (B) originário.
 - (C) originário-derivado.
 - (D) originário-federativo.
29. Nossa Lei Maior elenca textualmente, como sendo princípios fundamentais da República brasileira,
- (A) o respeito à privacidade, à intimidade e à inviolabilidade da pessoa humana.
 - (B) a unidade, a autonomia e a indissolubilidade dos nossos partidos políticos.
 - (C) o respeito aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - (D) a possibilidade da criação de novos municípios, mediante plebiscito democrático.
30. A Constituição da República prevê a concessão de *habeas data* para que o impetrante possa
- (A) obter a liberação de documentos injustamente apreendidos por autoridade pública.
 - (B) conhecer ou retificar suas informações pessoais em bancos de dados públicos.
 - (C) assegurar o direito de ir e vir, próprio ou alheio, por determinado período de tempo.
 - (D) exigir que seja designado prazo razoável para que direito seu seja de fato respeitado.
31. Dentre os direitos sociais, nossa Carta Magna elenca o direito dos trabalhadores urbanos ou rurais à
- (A) remuneração do serviço extraordinário pelo menos 50% maior que a do normal.
 - (B) irredutibilidade do salário após um ano de trabalho ininterrupto e efetivo no cargo.
 - (C) remuneração isonômica entre o trabalhador diurno e o noturno.
 - (D) jornada de trabalho normal não superior a 10 horas diárias e 48 semanais.
32. São considerados brasileiros natos, pela Constituição Federal,
- (A) os que optaram pela nossa nacionalidade e aqui residiram por um ano ininterrupto.
 - (B) os aqui nascidos, ainda que de pais estrangeiros a serviço do seu país de origem.
 - (C) os nascidos no estrangeiro, de pais brasileiros.
 - (D) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros que estejam a serviço do Brasil.
33. Compete aos municípios, nos dizeres da Constituição Republicana em vigor,
- (A) propor reformas para o aprimoramento da legislação estadual e do DF.
 - (B) legislar sobre questões versando acerca de assuntos de interesse regional.
 - (C) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
 - (D) instituir e arrecadar tributos sem necessidade de publicar balancetes.
34. É integrante do Poder Judiciário o
- (A) Tribunal de Contas.
 - (B) Juiz Militar.
 - (C) Juiz de Paz.
 - (D) Ministro da Justiça.
35. A ordem econômica nacional, conforme expresso preceito constitucional, deve observar, dentre outros, os princípios de
- (A) tratamento favorecido para as empresas, propriedade plena e redução do desemprego.
 - (B) soberania nacional, propriedade pública, propriedade privada e propriedade social.
 - (C) função social da propriedade, redução de desigualdades trabalhistas e pleno emprego.
 - (D) livre concorrência, defesa do consumidor e defesa do meio ambiente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. Leia atentamente os seguintes enunciados.
- I. *Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.*
 - II. *Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.*
 - III. *Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.*
- Nesses enunciados, estão expressos, respectivamente, os seguintes princípios da Administração Pública:
- (A) proporcionalidade (I), impessoalidade (II) e moralidade (III).
 - (B) razoabilidade (I), moralidade (II) e proporcionalidade (III).
 - (C) finalidade (I), supremacia do interesse público (II) e razoabilidade (III).
 - (D) razoabilidade (I), finalidade (II) e impessoalidade (III).
37. Em processo administrativo,
- (A) é vedada a impulsão de ofício, respeitando-se o princípio de instância.
 - (B) é legítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo, em razão do princípio de presunção de legalidade.
 - (C) é assegurado o princípio de reserva legal na prescrição de sanções, não na previsão de infrações nem na criação de condicionamentos aos direitos dos particulares.
 - (D) é necessária a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinam a decisão, em respeito ao princípio de motivação.
38. Leia as seguintes afirmações.
- I. É do Corregedor Geral da Justiça a atribuição para julgar recursos em processos de dúvidas registrárias referentes a dissenso sobre a prática de ato de registro em sentido estrito.
 - II. É do Conselho Superior de Justiça a atribuição para julgar recursos em processos disciplinares referentes a notários e registradores.
 - III. É da Câmara Especial do Tribunal de Justiça a atribuição para julgar recursos em processos de dúvidas registrárias referentes a dissenso sobre a prática de ato de averbação.
 - IV. No Poder Judiciário, em rigor, não há processo administrativo, mas apenas processo jurisdicional.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) Apenas uma afirmação é verdadeira.

- (B) Todas as afirmações são falsas.
 - (C) Apenas duas afirmações são verdadeiras.
 - (D) Apenas três afirmações são verdadeiras.
39. Leia as seguintes afirmações.
- I. Revogação de ato administrativo é para casos de sua extinção por conveniência; anulação, para casos de sua extinção por oportunidade; nulidade, para casos de sua extinção por ilegalidade.
 - II. O cumprimento da penalidade imposta ao administrado (multa por infração de trânsito) não convalida, por si só, a eventual nulidade do procedimento administrativo do qual resultou a sua aplicação.
 - III. É juridicamente impossível a expropriação de bens próprios. Verificando, então, que a desapropriação, em caso de enfiteuse, não poderia ter incidido sobre o domínio pleno, mas apenas sobre o domínio útil, é possível a expropriante pleitear, em “repetição de indébito”, o que indevidamente pagou pelo domínio direto.
- Está correto o contido em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
40. A *infringência à legalidade por um ato administrativo, sob o ponto de vista abstrato, sempre será prejudicial ao interesse público; por outro lado, quando analisada em face das circunstâncias do caso concreto, nem sempre sua anulação será a melhor solução. Em face da dinâmica das relações jurídicas sociais, haverá casos em que o próprio interesse da coletividade será melhor atendido com a subsistência do ato nascido de forma irregular.* (STJ, RMS 25.652/PB, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, j. 16.09.2008, DJe 13.10.2008).
Dessa leitura, é possível afirmar a orientação do julgado, apontando para
- (A) a convalidação dos efeitos de atos ilegais, em situações reversíveis, pelo princípio da autotutela.
 - (B) o poder-dever absoluto da Administração de recomposição da ordem jurídica violada, pelo princípio da efetividade.
 - (C) a prevalência do princípio da segurança jurídica na ponderação dos valores em questão (legalidade vs segurança).
 - (D) o controle temperado da legalidade do ato administrativo, pelo princípio da desafetação razoável.
41. A presença de advogado é obrigatória
- (A) em todas as fases do processo administrativo disciplinar e apenas para recorrer em processo de dúvida registrária.
 - (B) em todas as fases do processo administrativo disciplinar e do processo de dúvida registrária.
 - (C) em todas as fases do processo de dúvida registrária e apenas para recorrer em processo administrativo disciplinar.
 - (D) apenas para recorrer em processo administrativo disciplinar e em processo de dúvida registrária.
42. Assinale a alternativa correta.
- (A) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e seus efeitos são *ex tunc*.
 - (B) Revogação é o ato administrativo vinculado pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e podem ser objeto de revogação, inclusive, os atos que já exauriram os seus efeitos.
 - (C) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e podem ser objeto de revogação, inclusive, os atos vinculados.
 - (D) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e seus efeitos são *ex nunc*.
43. Atualmente, no direito brasileiro, podem ser indicadas as seguintes modalidades de restrição do Estado sobre a propriedade privada:
- (A) a servidão de trânsito, a anticrese, a enfiteuse, as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação e o parcelamento e edificação compulsórios.
 - (B) as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação, o usufruto e a enfiteuse.
 - (C) o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação, o usufruto, a enfiteuse, as limitações administrativas e a requisição.
 - (D) as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação e o parcelamento e edificação compulsórios.
44. Descartada, pela Administração, por razões de conveniência, a aplicação do princípio da autoexecutoriedade, em se tratando de esbulho à posse de bem público de uso comum, praticado por particular há mais de ano e dia, portanto de força velha espoliativa,
- (A) não cabe mais, à Fazenda Pública, socorro ao interdito possessório típico, devendo a ação correr pelo rito ordinário.
 - (B) é cabível o interdito possessório típico, vedada, porém, a concessão de medida liminar de reintegração, por se tratar de posse velha.
 - (C) cabe o interdito possessório típico, inclusive com a concessão da medida liminar possessória correspondente, pois a força velha da posse, no caso, não surte efeitos contra a Fazenda Pública.
 - (D) o procedimento a ser observado, para a retomada, há de ser, necessariamente, o comum, preservada a possibilidade da antecipação de tutela pelo Juiz.
45. É correto afirmar que
- (A) por ser forma originária da aquisição da propriedade, a Constituição Federal não prevê casos de desapropriação com caráter sancionatório.
 - (B) os bens desapropriados, como regra, devem passar a integrar o patrimônio das pessoas jurídicas políticas que fizeram a desapropriação ou das pessoas públicas ou privadas que desempenhem serviços públicos por delegação do Poder Público, mas podem também, em certos casos, ter a destinação específica de ser transferidos a terceiros.
 - (C) os bens desapropriados, necessariamente, devem passar a integrar o patrimônio das pessoas jurídicas políticas que fizeram a desapropriação ou das pessoas públicas ou privadas que desempenhem serviços públicos por delegação do Poder Público e não podem, jamais, ter o destino da sua transferência a terceiros.
 - (D) a desapropriação com caráter sancionatório só é possível quando incidente sobre terras onde se cultivem plantas psicotrópicas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

46. A taxa é um tributo instituído pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em razão do exercício do poder de polícia ou
- (A) pela utilização de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) pela utilização efetiva de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (C) pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (D) pela utilização potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
47. Quanto aos emolumentos, assinale a alternativa correta.
- (A) A menor parte constitui contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.
 - (B) A menor parte constitui contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social.
 - (C) A maior parte constitui receita do Estado.
 - (D) A maior parte constitui receita dos notários e registradores.
48. O registrador civil das pessoas naturais, ao efetuar um procedimento de retificação administrativa, com base no artigo 110 da Lei n.º 6.015/73, culminado com o ato averbatório da retificação e expedição da certidão respectiva, deverá
- (A) abster-se de efetuar qualquer cobrança, mesmo que o erro corrigido não tenha sido por culpa da própria serventia, conforme previsão do artigo 110 da Lei n.º 6.015/73.
 - (B) cobrar pelo procedimento de retificação, porém, sem cobrar pela consequente averbação retificatória e expedição da respectiva certidão, por serem atos consequentes do procedimento de retificação.
 - (C) cobrar pelo procedimento de retificação e também pelo ato averbatório de retificação, por serem atos distintos.
 - (D) abster-se de efetuar qualquer cobrança apenas quando o erro corrigido não tenha sido por culpa da própria serventia.
49. O registrador civil das pessoas naturais, ao efetuar um procedimento de reconhecimento de filho, culminando com o ato averbatório e expedição da certidão respectiva, deverá
- (A) cobrar apenas pelo procedimento de reconhecimento de filho, sem cobrar pela consequente averbação e expedição da respectiva certidão, por serem atos consequentes do procedimento de reconhecimento de filho, conforme previsão do item 15 da Tabela V de Custas.
 - (B) abster-se de efetuar qualquer cobrança, mesmo quando o interessado não declare que não tenha condições financeiras para tanto sem prejuízo do próprio sustento.
 - (C) cobrar pelo procedimento de reconhecimento de filho e também pelo subsequente ato averbatório, por serem atos distintos.
 - (D) cobrar pelo ato averbatório de reconhecimento de filho, sem nada cobrar pelo precedente procedimento administrativo para tanto.
50. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) São gratuitos os registros de nascimento e de óbito, bem como as respectivas primeiras certidões.
 - (B) São gratuitos os registros de óbito e de casamento (para os declaradamente pobres), bem como as respectivas primeiras certidões.
 - (C) São gratuitos os registros de nascimento e de emancipação voluntária, bem como as respectivas primeiras certidões.
 - (D) São gratuitos os registros de interdições e as averbações em geral, oriundos de assistência judiciária deferida em Juízo.
51. Não extingue o crédito tributário
- (A) a isenção.
 - (B) a transação.
 - (C) o pagamento.
 - (D) a compensação.

DIREITO CIVIL

52. Conforme o art. 170 do Código Civil, “se o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade”. Isto é conhecido na doutrina como
- (A) aproveitamento material e substancial.
 - (B) princípio pelo qual não há nulidade sem prejuízo.
 - (C) conversão do negócio jurídico.
 - (D) princípio do aproveitamento.
53. A obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, é denominada responsabilidade civil
- (A) completa.
 - (B) subjetiva.
 - (C) objetivo-subjetiva.
 - (D) objetiva.
54. Aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas, é denominado pela lei como
- (A) possuidor direto.
 - (B) detentor.
 - (C) possuidor indireto.
 - (D) representante possessório.
55. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Tal regra é decorrente do princípio conhecido como
- (A) saisine.

- (B) transmissibilidade imediata.
 - (C) sucebilidade incondicional.
 - (D) herança instantânea.
56. A solenidade de celebração do casamento, na sede do cartório, exige a presença de pelo menos duas testemunhas
- (A) que não sejam parentes dos contraentes, em qualquer grau.
 - (B) que não sejam parentes dos contraentes, até terceiro grau.
 - (C) que não sejam parentes dos contraentes, até quarto grau.
 - (D) parentes ou não dos contraentes.
57. Analise as seguintes assertivas.
- I. O mandato para alienar bem imóvel depende de poderes especiais e expressos.
 - II. Sempre que o mandato contiver cláusula de irrevogabilidade e o mandante o revogar, tal revogação será ineficaz.
 - III. O maior de dezesseis anos e o menor de dezoito anos não emancipado podem ser mandatários.
 - IV. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar.
- Está correto apenas o contido em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.
58. Na doação conjuntiva, é correto dizer que
- (A) se os donatários forem marido e mulher, somente subsistirá na totalidade a doação para o cônjuge sobrevivente, se esse direito de acrescer for expressamente estipulado no título de doação.
 - (B) se os donatários forem marido e mulher, subsistirá na totalidade a doação para o cônjuge sobrevivente, mesmo que não estipulado no título de doação tal direito de acrescer.
 - (C) não sendo os donatários marido e mulher, subsistirá na totalidade a doação para os donatários sobreviventes, mesmo que não estipulado o direito de acrescer.
 - (D) entende-se distribuída por igual entre os donatários, desde que expressamente estipulada tal proporcionalidade no título de doação.
59. Ao receber a solicitação para lavrar uma escritura pública de doação, havendo herdeiros necessários do doador e não sendo os donatários tais herdeiros necessários, o notário deverá
- (A) lavrar referida escritura pública de doação, mesmo que da totalidade dos bens do doador e sem reserva de usufruto, atentando-se apenas se o doador possui renda suficiente para sua subsistência.
 - (B) lavrar referida escritura pública de doação da maneira como o doador quiser dispor de seus bens, por ser o doador maior, capaz e legítimo proprietário dos bens a serem doados.
 - (C) orientar o doador no sentido de que a doação a ser efetuada não poderá ultrapassar a meação disponível de seus bens, resguardando a legítima dos herdeiros necessários, conforme art. 549 do Código Civil Brasileiro.
 - (D) recusar-se a lavrar a escritura pública de doação, haja vista que havendo herdeiros necessários do doador, este não poderá doar bens para donatários que não sejam tais herdeiros necessários.
60. São impedimentos para o matrimônio, não podendo casar,
- (A) o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela e não estiverem saldadas as respectivas contas.
 - (B) o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.
 - (C) os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
 - (D) a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.
61. Analise as afirmações seguintes.
- I. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.
 - II. O direito de representação dá-se na linha reta descendente, mas nunca na ascendente.
 - III. O renunciante à herança de uma pessoa poderá representá-la na sucessão da outra.
 - IV. Somente podem testar os maiores de 18 anos.
- Estão corretos apenas os itens
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.
62. Na hipoteca convencional,
- (A) considera-se insolvente o devedor por faltar ao pagamento das obrigações garantidas por hipotecas posteriores à primeira.
 - (B) é lícito às partes, no exercício da liberdade de contratar, estipular a proibição de alienação do imóvel hipotecado.
 - (C) é defeso às partes convencionar que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.
 - (D) é nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar o imóvel hipotecado.
63. Quanto ao usufruto
- (A) constituído vitaliciamente em favor de duas ou mais pessoas, reverterá em favor dos sobreviventes, acrescendo aos quinhões destes a parte do falecido, salvo se, por estipulação expressa, extinguir-se em relação a cada uma das que falecerem.
 - (B) constituído vitaliciamente em favor de duas ou mais pessoas, extinguir-se-á a parte em relação a cada uma das que falecerem, salvo se, por estipulação expressa, o quinhão desses couber ao sobrevivente.
 - (C) não se pode transferir por alienação, nem o seu exercício pode ceder-se a título gratuito ou oneroso.
 - (D) não poderá ser instituído com termo (ou prazo) de duração.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

64. Após a morte de João dos Santos, sua família está diligenciando a venda de um imóvel pertencente ao espólio do *de cuius*, e então percebe que há necessidade de fazer previamente uma retificação judicial da área do referido bem. Para que isso seja feito, quem terá legitimidade para representar o espólio em juízo será
- (A) a viúva-meeira.
 - (B) o curador nomeado.
 - (C) o inventariante.
 - (D) o primogênito do *de cuius*.
65. Os atos de um processo judicial podem ser armazenados e assinados por meio eletrônico?
- (A) Sim, uma vez que a lei é omissa e, assim, não veda tal conduta.
 - (B) Sim, nos termos da lei.
 - (C) Não, por falta de previsão legal, a ferir o princípio do devido processo legal.
 - (D) Não, até que haja autorização expressa e específica do Conselho Nacional de Justiça.
66. O interesse de agir é uma das condições da ação. Ele se subdivide no binômio:
- (A) necessidade do provimento jurisdicional objetivado e adequação da via processual eleita.
 - (B) necessidade do provimento jurisdicional objetivado e valor econômico relevante.
 - (C) interesse de conteúdo econômico evidenciado e recolhimento das custas devidas.
 - (D) pretensão resistida e diferimento de custas.
67. Conforme o previsto no art. 257 do Código de Processo Civil, se no prazo de trinta dias contados da distribuição do feito não forem recolhidas as custas de preparo, e não sendo hipótese de concessão de justiça gratuita ou diferimento do recolhimento das custas, o juiz
- (A) extinguirá o processo, por impossibilidade jurídica do pedido.
 - (B) proferirá sentença de improcedência da ação.
 - (C) mandará citar o réu, dando prosseguimento do feito.
 - (D) determinará que seja cancelada a distribuição do feito.
68. O CPC admite, dando-lhes a mesma força probatória de documento original, as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial, desde que declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, bastando que, para tanto,
- (A) não lhes seja impugnada a autenticidade.
 - (B) haja posterior ratificação pelo escrivão do juízo, à vista das vias originais.
 - (C) um tabelião emita documento que corrobore serem elas autênticas e fidedignas.
 - (D) o documento original seja também trazido aos autos antes da sentença.
69. O agravo de instrumento, interposto em razão de decisão do juízo de primeiro grau que apreciou pedido de tutela antecipada, será interposto perante o
- (A) juízo prolator da decisão atacada pelo recurso.
 - (B) tribunal competente para sua apreciação.
 - (C) juízo prolator da decisão atacada ou o tribunal, a critério da parte agravante.
 - (D) juízo prolator da decisão atacada ou o tribunal, conforme haja ou não urgência.

DIREITO PENAL

70. Dentre os crimes contra o casamento previstos no Código Penal, não mais se encontra tipificada a conduta consistente em
- (A) adultério.
 - (B) conhecimento prévio de impedimento.
 - (C) induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.
 - (D) simulação de autoridade para celebração de casamento.
71. *Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio* é a descrição do Código Penal para o crime de
- (A) peculato.
 - (B) apropriação indébita de verbas ou rendas públicas.
 - (C) concussão.
 - (D) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
72. Considerando os princípios que regem a aplicação da lei penal, analise as afirmativas.
- I. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia imposição legal.
 - II. A lei penal não pode retroagir para prejudicar o réu.
 - III. É vedado o uso de qualquer tipo de analogia para interpretação das leis penais.
 - IV. Ninguém pode ser punido duas vezes pelo mesmo fato.
- São corretas apenas as afirmativas
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e IV.
73. Em relação à conduta do notário que lavra uma escritura de compra e venda em que o alienante é idoso sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal, tem-se que
- (A) caracteriza o delito de falsidade ideológica.
 - (B) configura apenas ilícito administrativo.
 - (C) constitui crime próprio previsto no Estatuto do Idoso.
 - (D) se enquadra no delito de prevaricação.

74. Considerando o conceito de funcionário público para fins penais, indique a alternativa incorreta.
- (A) Funcionário público é apenas aquele que exerce cargo público, criado por lei, com atribuição própria e remunerado pelos cofres públicos.
 - (B) Funcionário público é aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
 - (C) É funcionário público aquele que exerce cargo, emprego ou função pública em entidade paraestatal.
 - (D) É funcionário público aquele que trabalha para empresa prestadora de serviço ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
75. A conduta do funcionário público que exige tributo que sabe ou deveria saber indevido configura o delito de
- (A) excesso de exação.
 - (B) concussão.
 - (C) corrupção passiva.
 - (D) prevaricação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

76. No que concerne à legitimidade para a propositura de ação penal nos crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função, tem-se que
- (A) é concorrente entre o ofendido, mediante queixa, e o Ministério Público, condicionada à representação do ofendido.
 - (B) é exclusiva do Ministério Público, mediante ação penal pública incondicionada.
 - (C) é apenas privativa do ofendido, mediante queixa.
 - (D) é apenas privativa do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido.
77. A carta testemunhável é
- (A) um recurso previsto no CPP.
 - (B) uma precatória para a inquirição de testemunhas.
 - (C) um procedimento judicial, solicitando a inquirição de testemunhas por via postal.
 - (D) um documento expedido por via postal, trazendo o relato de testemunhas.

DIREITO COMERCIAL

78. Segundo a jurisprudência e a doutrina atualmente dominantes, em sociedade limitada constituída por vários sócios, na pretensão de retirada de um deles, mediante ação de dissolução parcial, para apuração de seus haveres,
- (A) os demais sócios são partes ilegítimas para figurarem no polo passivo da demanda, devendo esta voltar-se somente contra a pessoa jurídica.
 - (B) a pessoa jurídica é parte ilegítima para figurar no polo passivo, pois a pretensão de retirada, enquanto envolve modificação do contrato social, só pode ser atendida pelos sócios remanescentes.
 - (C) somente deverão figurar no polo passivo da demanda a pessoa jurídica e os sócios que tiverem divergido da alteração contratual para a retirada do sócio dissidente e apuração de seus haveres para pagamento, na forma disposta no contrato social.
 - (D) todos os sócios remanescentes, indistintamente, e mais a pessoa jurídica, deverão figurar no polo passivo da ação, pois, conquanto a alteração contratual só pudesse ser atendida pelos primeiros, o certo é que, julgada procedente a ação, o patrimônio da sociedade é que arcará com o pagamento do que for devido ao que se retira.
79. O cheque pode ser emitido contra o próprio banco sacador?
- (A) Sim, desde que não ao portador.
 - (B) Sim, desde que ao portador.
 - (C) Sim, sempre.
 - (D) Não, jamais.
80. A lei especial prevê hipóteses de exclusão, total ou parcial, das sociedades empresárias do regime falencial, submetendo-as, dessarte, ou sempre a regime concursal diverso do falimentar, quando total a exclusão, ou a procedimento extrajudicial de liquidação concursal alternativo ao processo falimentar, quando parcial a exclusão. Sendo assim, assinale a alternativa correta.
- (A) Em nenhum caso o empresário excluído, absoluta ou relativamente, do processo falimentar, submete-se à insolvência civil.
 - (B) As câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e liquidação financeira estão excluídas relativamente do processo falimentar, podendo, em certas circunstâncias especiais, ter a falência decretada.
 - (C) As seguradoras estão excluídas de forma absoluta do processo falimentar, não podendo ver decretada a falência em nenhuma hipótese, pois só podem ser submetidas ao procedimento específico de execução concursal, denominado *liquidação compulsória*, sob condução da Susep – Superintendência de Seguros Privados.
 - (D) Tanto as entidades abertas quanto as fechadas, de previdência complementar, estão excluídas, de forma absoluta, do processo falimentar, pois ambas estão sujeitas, unicamente, à liquidação extrajudicial.
81. No contrato de fretamento, o instrumento contratual correspondente é chamado de
- (A) conhecimento de carga.
 - (B) conhecimento de frete.
 - (C) carta partida.
 - (D) mandato mercantil.
82. O contrato pelo qual um banco paga ao distribuído (fornecedor) o preço à vista das mercadorias vendidas ao distribuidor (colaborador, concessionário) e cobra deste a prazo com os acréscimos remuneratórios do capital, em operação com que o fornecedor, que a garante, visa facilitar a atuação do seu colaborador na criação ou na consolidação de mercado dos seus produtos, denomina-se contrato de
- (A) mútuo bancário.
 - (B) crédito documentário.
 - (C) fomento mercantil.
 - (D) vendor.

83. O seguro empresarial é um contrato de adesão, comutativo e consensual, no qual o *prêmio* tecnicamente representa
- (A) o valor a ser pago pela segurada à seguradora, para garantia do seu interesse contra riscos determinados.
 - (B) o valor da indenização paga pela seguradora à segurada em caso de sinistro.
 - (C) o valor do desconto na renovação do contrato de seguro em que não houve sinistro.
 - (D) a dispensa do pagamento da franquia em caso de sinistro.
84. Na sua classificação *quanto ao modelo*, os títulos de crédito dividem-se em:
- (A) causais, limitados e abstratos.
 - (B) ao portador, nominativos à ordem e nominativos não à ordem.
 - (C) vinculados e livres.
 - (D) ordem de pagamento a vista, promessa de pagamento e ordem de pagamento a prazo.
85. Endossar uma nota promissória significa
- (A) transferir o direito cambial autônomo que ela representa.
 - (B) garantir o seu pagamento.
 - (C) alterar o seu valor nominal.
 - (D) realizar sua cobrança.

CONHECIMENTOS GERAIS

86. A demarcação de terras indígenas busca identificá-las e estabelecer seus limites, além de garantir sua proteção. Recentemente, surgiu uma grande polêmica relativa à demarcação de uma grande reserva indígena, em área de fronteira, conhecida como “Reserva Raposa do Sol”, sendo que tal demarcação acabou sendo objeto de importante disputa judicial no Supremo Tribunal Federal, que foi amplamente divulgada pela mídia. Tal reserva indígena localiza-se na região
- (A) Sul.
 - (B) Centro-Oeste.
 - (C) Sudeste.
 - (D) Norte.
87. Sobre o Rio São Francisco, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O Rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, segue por 2 800 km e atravessa os Estados de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.
 - (B) A ideia de transposição do Rio São Francisco existe desde o Reinado de D. Pedro II, visando à solução do problema das secas do Nordeste.
 - (C) Fernando Henrique Cardoso assinou um documento denominado *Compromisso pela Vida do São Francisco*. Esse documento previa, ainda, a transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.
 - (D) O Rio São Francisco é também conhecido como Rio de Integração Nacional.
88. A serra dos Carajás, que é rica em minerais, está próxima do Rio Tocantins, onde se construiu a hidrelétrica de Tucuruí. A referida serra fica no Estado brasileiro
- (A) do Espírito Santo.
 - (B) de Minas Gerais.
 - (C) do Pará.
 - (D) do Acre.
89. A Sigla ICP-Brasil significa
- (A) Instituto de Chaves Públicas Brasileira.
 - (B) Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
 - (C) Instituto de Chaves Privadas Brasileiras.
 - (D) Infraestrutura de Certificados Públicos Brasileiros.
90. Todas as unidades de serviço notariais e de registro deverão estar adequadas para o bom atendimento ao público em geral e, ainda, em especial, às pessoas com deficiência visual, auditiva e também às portadoras de mobilidade reduzida. Dentre as afirmativas elencadas, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Aplica-se, aos cartórios, considerando-se o princípio da razoabilidade, a norma 9050 da ABNT, que regula a acessibilidade em todos os prédios no Brasil.
 - (B) Se não for possível a adaptação para deficientes, o tabelião deverá manter um serviço telefônico de atendimento aos deficientes, fora da unidade.
 - (C) Cada unidade deverá ter, pelo menos, um banheiro para uso de cadeirante, de acordo com a norma em vigor.
 - (D) Se o acesso à unidade de serviço for unicamente por escada e não for possível a instalação de um sistema de acesso admitido pela norma de acessibilidade, a unidade deverá mudar para outro local apropriado.

LÍNGUA PORTUGUESA

91. Assinale a alternativa que contém a frase correta.
- (A) A audiência será ao meio dia e meio.
 - (B) Não os vejo por aqui fazem três anos.
 - (C) O professor estava de mal humor ontem.
 - (D) Fomos homenageadas, haja vista os resultados que obtivemos.

92. Leia o poema.

Ao desconcerto do Mundo

Os bons vi sempre passar
No Mundo graves tormentos;
E pera* mais me espantar,
Os maus vi sempre nadar
Em mar de contentamentos.
Cuidando alcançar assim

O bem tão mal ordenado,
Fui mau, mas fui castigado.
Assim que, só pera mim
Anda o Mundo concertado.

(Luís de Camões, *Obras Escolhidas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1954, 2.ª edição, vol. 1, pg. 136)

*pera – grafia da preposição para no séc. XVI.

Assinale a alternativa que reproduz de maneira mais completa o pensamento do autor.

- (A) No mundo, o autor vê que os bons sofrem enquanto os maus vivem bem.
(B) Os bons gostam de sofrer.
(C) Os maus são castigados pelos bons.
(D) Só para o autor o mundo está em desarmonia.
93. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.
Ele casou-se em sem providenciar o .
(A) primeira núpcia ... pacto antenupcial
(B) primeiras núpcias ... pacto antenupcial
(C) primeiras núpcias ... pacto antinupcial
(D) primeira núpcia ... pacto ante-nupcial
94. Complete as lacunas com as palavras corretas.
João e Maria Dr. Pedro e Dr. Jorge como seus procuradores.
(A) constitui ... bastantes
(B) constituíram ... bastante
(C) constitui ... bastante
(D) constituíram ... bastantes
95. Quanto ao emprego da crase, assinale a alternativa incorreta.
(A) Esta é a minha escola, à qual trago sempre na lembrança.
(B) Vamos à biblioteca.
(C) Fui a Londres, a Paris e à Bahia.
(D) Aprendi a amar minha terra.
96. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.
João substabeleceu o , não confiava mais no advogado.
(A) mandato ... por que
(B) mandado ... porque
(C) mandato ... porque
(D) mandado ... por quê
97. Assinale a alternativa em que a regência verbal está correta.
(A) Ele assiste à missa todos os domingos.
(B) Os candidatos aspiram o emprego.
(C) Ele visava a recuperação dos jogadores.
(D) Estes são os livros que mais gosto.
98. Assinale a frase correta quanto à concordância verbal.
(A) Fazem três anos que moro em São Paulo.
(B) As estrelas pareciam sorrir.
(C) Haverão sempre muitas pessoas procurando emprego.
(D) Neste cartório, lavra-se escrituras.
99. Considerando o vocabulário técnico e próprio dos serviços notariais e de registro, especialmente o de protesto de títulos e documentos de dívida, são sinônimos:
(A) *traslado* e *certidão*.
(B) *apontamento* e *termo*.
(C) *termo* e *protocolização*.
(D) *apontamento* e *protocolização*.
100. Quanto ao emprego de vírgula, assinale a alternativa correta.
(A) Lavrarei, a escritura, quer queiras quer não queiras.
(B) Tão claro como o dia é a norma do artigo 1.136, § 1.º do Código Civil.
(C) Fui escrevente, e notário, e registrador.
(D) Alienar, hipotecar, ou gravar de ônus real os bens imóveis, ou direitos reais sobre imóveis, alheios.

GABARITO – VERSÃO 01

1 - B	2 - C	3 - D	4 - A	5 - D	6 - C	7 - B	8 - A	9 - A	10 - B
11 - D	12 - A	13 - C	14 - A	15 - B	16 - D	17 - D	18 - A	19 - D	20 - B
21 - C	22 - A	23 - B	24 - C	25 - A	26 - D	27 - B	28 - A	29 - C	30 - B
31 - A	32 - D	33 - C	34 - B	35 - D	36 - A	37 - D	38 - B	39 - C	40 - C
41 - A	42 - D	43 - D	44 - C	45 - B	46 - C	47 - D	48 - A	49 - A	50 - C
51 - A	52 - C	53 - D	54 - B	55 - A	56 - D	57 - C	58 - B	59 - C	60 - C
61 - A	62 - D	63 - B	64 - C	65 - B	66 - A	67 - D	68 - A	69 - B	70 - A

71 - A	72 - D	73 - C	74 - A	75 - A	76 - A	77 - A	78 - D	79 - A	80 - A
81 - C	82 - D	83 - A	84 - C	85 - A	86 - D	87 - A	88 - C	89 - B	90 - B
91 - D	92 - A	93 - B	94 - D	95 - A	96 - C	97 - A	98 - B	99 - D	100 - C

VERSÃO 02

DIREITO PENAL

01. Dentre os crimes contra o casamento previstos no Código Penal, não mais se encontra tipificada a conduta consistente em
- (A) adultério.
(B) conhecimento prévio de impedimento.
(C) induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.
(D) simulação de autoridade para celebração de casamento.
02. *Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio* é a descrição do Código Penal para o crime de
- (A) peculato.
(B) apropriação indébita de verbas ou rendas públicas.
(C) concussão.
(D) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
03. Considerando os princípios que regem a aplicação da lei penal, analise as afirmativas.
- I. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia imposição legal.
II. A lei penal não pode retroagir para prejudicar o réu.
III. É vedado o uso de qualquer tipo de analogia para interpretação das leis penais.
IV. Ninguém pode ser punido duas vezes pelo mesmo fato.
- São corretas apenas as afirmativas
- (A) II e III.
(B) I e II.
(C) II, III e IV.
(D) I, II e IV.
04. Em relação à conduta do notário que lavra uma escritura de compra e venda em que o alienante é idoso sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal, tem-se que
- (A) caracteriza o delito de falsidade ideológica.
(B) configura apenas ilícito administrativo.
(C) constitui crime próprio previsto no Estatuto do Idoso.
(D) se enquadra no delito de prevaricação.
05. Considerando o conceito de funcionário público para fins penais, indique a alternativa incorreta.
- (A) Funcionário público é apenas aquele que exerce cargo público, criado por lei, com atribuição própria e remunerado pelos cofres públicos.
(B) Funcionário público é aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
(C) É funcionário público aquele que exerce cargo, emprego ou função pública em entidade paraestatal.
(D) É funcionário público aquele que trabalha para empresa prestadora de serviço ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
06. A conduta do funcionário público que exige tributo que sabe ou deveria saber indevido configura o delito de
- (A) excesso de exação.
(B) concussão.
(C) corrupção passiva.
(D) prevaricação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

07. No que concerne à legitimidade para a propositura de ação penal nos crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função, tem-se que
- (A) é concorrente entre o ofendido, mediante queixa, e o Ministério Público, condicionada à representação do ofendido.
(B) é exclusiva do Ministério Público, mediante ação penal pública incondicionada.
(C) é apenas privativa do ofendido, mediante queixa.
(D) é apenas privativa do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido.
08. A carta testemunhável é
- (A) um recurso previsto no CPP.
(B) uma precatória para a inquirição de testemunhas.
(C) um procedimento judicial, solicitando a inquirição de testemunhas por via postal.
(D) um documento expedido por via postal, trazendo o relato de testemunhas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

09. Após a morte de João dos Santos, sua família está diligenciando a venda de um imóvel pertencente ao espólio do *de cuius*, e então percebe que há necessidade de fazer previamente uma retificação judicial da área do referido bem. Para que isso seja feito, quem terá legitimidade para representar o espólio em juízo será
- (A) a viúva-meeira.

- (B) o curador nomeado.
 - (C) o inventariante.
 - (D) o primogênito do *de cuius*.
10. Os atos de um processo judicial podem ser armazenados e assinados por meio eletrônico?
- (A) Sim, uma vez que a lei é omissa e, assim, não veda tal conduta.
 - (B) Sim, nos termos da lei.
 - (C) Não, por falta de previsão legal, a ferir o princípio do devido processo legal.
 - (D) Não, até que haja autorização expressa e específica do Conselho Nacional de Justiça.
11. O interesse de agir é uma das condições da ação. Ele se subdivide no binômio:
- (A) necessidade do provimento jurisdicional objetivado e adequação da via processual eleita.
 - (B) necessidade do provimento jurisdicional objetivado e valor econômico relevante.
 - (C) interesse de conteúdo econômico evidenciado e recolhimento das custas devidas.
 - (D) pretensão resistida e diferimento de custas.
12. Conforme o previsto no art. 257 do Código de Processo Civil, se no prazo de trinta dias contados da distribuição do feito não forem recolhidas as custas de preparo, e não sendo hipótese de concessão de justiça gratuita ou diferimento do recolhimento das custas, o juiz
- (A) extinguirá o processo, por impossibilidade jurídica do pedido.
 - (B) proferirá sentença de improcedência da ação.
 - (C) mandará citar o réu, dando prosseguimento do feito.
 - (D) determinará que seja cancelada a distribuição do feito.
13. O CPC admite, dando-lhes a mesma força probatória de documento original, as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial, desde que declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, bastando que, para tanto,
- (A) não lhes seja impugnada a autenticidade.
 - (B) haja posterior ratificação pelo escrivão do juízo, à vista das vias originais.
 - (C) um tabelião emita documento que corrobore serem elas autênticas e fidedignas.
 - (D) o documento original seja também trazido aos autos antes da sentença.
14. O agravo de instrumento, interposto em razão de decisão do juízo de primeiro grau que apreciou pedido de tutela antecipada, será interposto perante o
- (A) juízo prolator da decisão atacada pelo recurso.
 - (B) tribunal competente para sua apreciação.
 - (C) juízo prolator da decisão atacada ou o tribunal, a critério da parte agravante.
 - (D) juízo prolator da decisão atacada ou o tribunal, conforme haja ou não urgência.

DIREITO TRIBUTÁRIO

15. A taxa é um tributo instituído pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em razão do exercício do poder de polícia ou
- (A) pela utilização de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) pela utilização efetiva de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (C) pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (D) pela utilização potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
16. Quanto aos emolumentos, assinale a alternativa correta.
- (A) A menor parte constitui contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.
 - (B) A menor parte constitui contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social.
 - (C) A maior parte constitui receita do Estado.
 - (D) A maior parte constitui receita dos notários e registradores.
17. O registrador civil das pessoas naturais, ao efetuar um procedimento de retificação administrativa, com base no artigo 110 da Lei n.º 6.015/73, culminado com o ato averbatório da retificação e expedição da certidão respectiva, deverá
- (A) abster-se de efetuar qualquer cobrança, mesmo que o erro corrigido não tenha sido por culpa da própria serventia, conforme previsão do artigo 110 da Lei n.º 6.015/73.
 - (B) cobrar pelo procedimento de retificação, porém, sem cobrar pela consequente averbação retificatória e expedição da respectiva certidão, por serem atos consequentes do procedimento de retificação.
 - (C) cobrar pelo procedimento de retificação e também pelo ato averbatório de retificação, por serem atos distintos.
 - (D) abster-se de efetuar qualquer cobrança apenas quando o erro corrigido não tenha sido por culpa da própria serventia.
18. O registrador civil das pessoas naturais, ao efetuar um procedimento de reconhecimento de filho, culminando com o ato averbatório e expedição da certidão respectiva, deverá
- (A) cobrar apenas pelo procedimento de reconhecimento de filho, sem cobrar pela consequente averbação e expedição da respectiva certidão, por serem atos consequentes do procedimento de reconhecimento de filho, conforme previsão do item 15 da Tabela V de Custas.
 - (B) abster-se de efetuar qualquer cobrança, mesmo quando o interessado não declare que não tenha condições financeiras para tanto sem prejuízo do próprio sustento.
 - (C) cobrar pelo procedimento de reconhecimento de filho e também pelo subsequente ato averbatório, por serem atos distintos.
 - (D) cobrar pelo ato averbatório de reconhecimento de filho, sem nada cobrar pelo precedente procedimento administrativo para tanto.
19. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) São gratuitos os registros de nascimento e de óbito, bem como as respectivas primeiras certidões.
 - (B) São gratuitos os registros de óbito e de casamento (para os declaradamente pobres), bem como as respectivas primeiras certidões.
 - (C) São gratuitos os registros de nascimento e de emancipação voluntária, bem como as respectivas primeiras certidões.
 - (D) São gratuitos os registros de interdições e as averbações em geral, oriundos de assistência judiciária deferida em Juízo.
20. Não extingue o crédito tributário
- (A) a isenção.
 - (B) a transação.
 - (C) o pagamento.
 - (D) a compensação.

CONHECIMENTOS GERAIS

21. A demarcação de terras indígenas busca identificá-las e estabelecer seus limites, além de garantir sua proteção. Recentemente, surgiu uma grande polêmica relativa à demarcação de uma grande reserva indígena, em área de fronteira, conhecida como "Reserva Raposa do Sol", sendo que tal demarcação acabou sendo objeto de importante disputa judicial no Supremo Tribunal Federal, que foi amplamente divulgada pela mídia. Tal reserva indígena localiza-se na região
- (A) Sul.
 - (B) Centro-Oeste.
 - (C) Sudeste.
 - (D) Norte.
22. Sobre o Rio São Francisco, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O Rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, segue por 2 800 km e atravessa os Estados de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.
 - (B) A ideia de transposição do Rio São Francisco existe desde o Reinado de D. Pedro II, visando à solução do problema das secas do Nordeste.
 - (C) Fernando Henrique Cardoso assinou um documento denominado *Compromisso pela Vida do São Francisco*. Esse documento previa, ainda, a transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.
 - (D) O Rio São Francisco é também conhecido como Rio de Integração Nacional.
23. A serra dos Carajás, que é rica em minerais, está próxima do Rio Tocantins, onde se construiu a hidrelétrica de Tucuruí. A referida serra fica no Estado brasileiro
- (A) do Espírito Santo.
 - (B) de Minas Gerais.
 - (C) do Pará.
 - (D) do Acre.
24. A Sigla ICP-Brasil significa
- (A) Instituto de Chaves Públicas Brasileira.
 - (B) Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
 - (C) Instituto de Chaves Privadas Brasileiras.
 - (D) Infraestrutura de Certificados Públicos Brasileiros.
25. Todas as unidades de serviço notariais e de registro deverão estar adequadas para o bom atendimento ao público em geral e, ainda, em especial, às pessoas com deficiência visual, auditiva e também às portadoras de mobilidade reduzida. Dentre as afirmativas elencadas, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Aplica-se, aos cartórios, considerando-se o princípio da razoabilidade, a norma 9050 da ABNT, que regula a acessibilidade em todos os prédios no Brasil.
 - (B) Se não for possível a adaptação para deficientes, o tabelião deverá manter um serviço telefônico de atendimento aos deficientes, fora da unidade.
 - (C) Cada unidade deverá ter, pelo menos, um banheiro para uso de cadeirante, de acordo com a norma em vigor.
 - (D) Se o acesso à unidade de serviço for unicamente por escada e não for possível a instalação de um sistema de acesso admitido pela norma de acessibilidade, a unidade deverá mudar para outro local apropriado.

LÍNGUA PORTUGUESA

26. Assinale a alternativa que contém a frase correta.
- (A) A audiência será ao meio dia e meio.
 - (B) Não os vejo por aqui fazem três anos.
 - (C) O professor estava de mal humor ontem.
 - (D) Fomos homenageadas, haja vista os resultados que obtivemos.

27. Leia o poema.

Ao desconcerto do Mundo

Os bons vi sempre passar
No Mundo graves tormentos;
E pera* mais me espantar,
Os maus vi sempre nadar
Em mar de contentamentos.
Cuidando alcançar assim
O bem tão mal ordenado,
Fui mau, mas fui castigado.
Assim que, só pera mim
Anda o Mundo concertado.

(Luís de Camões, *Obras Escolhidas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1954, 2.ª edição, vol. 1, pg. 136)

*pera – grafia da preposição para no séc. XVI.

- Assinale a alternativa que reproduz de maneira mais completa o pensamento do autor.
- (A) No mundo, o autor vê que os bons sofrem enquanto os maus vivem bem.
(B) Os bons gostam de sofrer.
(C) Os maus são castigados pelos bons.
(D) Só para o autor o mundo está em desarmonia.
28. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.
Ele casou-se em _____ sem providenciar o _____.
(A) primeira núpcia ... pacto antenupcial
(B) primeiras núpcias ... pacto antenupcial
(C) primeiras núpcias ... pacto antinupcial
(D) primeira núpcia ... pacto ante-nupcial
29. Complete as lacunas com as palavras corretas.
João e Maria _____ Dr. Pedro e Dr. Jorge como seus _____ procuradores.
(A) constitui ... bastantes
(B) constituíram ... bastante
(C) constitui ... bastante
(D) constituíram ... bastantes
30. Quanto ao emprego da crase, assinale a alternativa incorreta.
(A) Esta é a minha escola, à qual trago sempre na lembrança.
(B) Vamos à biblioteca.
(C) Fui a Londres, a Paris e à Bahia.
(D) Aprendi a amar minha terra.
31. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.
João substabeleceu o _____, não confiava mais no advogado.
(A) mandato ... por que
(B) mandado ... porque
(C) mandato ... porque
(D) mandado ... por quê
32. Assinale a alternativa em que a regência verbal está correta.
(A) Ele assiste à missa todos os domingos.
(B) Os candidatos aspiram o emprego.
(C) Ele visava a recuperação dos jogadores.
(D) Estes são os livros que mais gosto.
33. Assinale a frase correta quanto à concordância verbal.
(A) Fazem três anos que moro em São Paulo.
(B) As estrelas pareciam sorrir.
(C) Haverão sempre muitas pessoas procurando emprego.
(D) Neste cartório, lavra-se escrituras.
34. Considerando o vocabulário técnico e próprio dos serviços notariais e de registro, especialmente o de protesto de títulos e documentos de dívida, são sinônimos:
(A) *traslado* e *certidão*.
(B) *apontamento* e *termo*.
(C) *termo* e *protocolização*.
(D) *apontamento* e *protocolização*.
35. Quanto ao emprego de vírgula, assinale a alternativa correta.
(A) Lavrarei, a escritura, quer queiras quer não queiras.
(B) Tão claro como o dia é a norma do artigo 1.136, § 1.º do Código Civil.
(C) Fui escrevente, e notário, e registrador.
(D) Alienar, hipotecar, ou gravar de ônus real os bens imóveis, ou direitos reais sobre imóveis, alheios.

DIREITO CONSTITUCIONAL

36. Nossa Constituição Federal é tida pela doutrina como rígida em razão de
(A) não admitir emendas constitucionais, mormente se estas violarem cláusulas pétreas.
(B) poder ser modificada após certo tempo, se houver um plebiscito assim determinando.
(C) admitir alteração desde que esta só ocorra após determinado período da promulgação.
(D) ser modificada mediante maior solenidade do que exigido para as demais normas.
37. Quanto à sua extensão, nossa Constituição Federal é definida pela doutrina como
(A) sintética.
(B) analítica.
(C) concisa.
(D) flexível.
38. O poder constituinte atribuído aos Estados-membros para se auto-organizarem é denominado
(A) decorrente.
(B) originário.
(C) originário-derivado.
(D) originário-federativo.
39. Nossa Lei Maior elenca textualmente, como sendo princípios fundamentais da República brasileira,

- (A) o respeito à privacidade, à intimidade e à inviolabilidade da pessoa humana.
 - (B) a unidade, a autonomia e a indissolubilidade dos nossos partidos políticos.
 - (C) o respeito aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - (D) a possibilidade da criação de novos municípios, mediante plebiscito democrático.
40. A Constituição da República prevê a concessão de *habeas data* para que o impetrante possa
- (A) obter a liberação de documentos injustamente apreendidos por autoridade pública.
 - (B) conhecer ou retificar suas informações pessoais em bancos de dados públicos.
 - (C) assegurar o direito de ir e vir, próprio ou alheio, por determinado período de tempo.
 - (D) exigir que seja designado prazo razoável para que direito seu seja de fato respeitado.
41. Dentre os direitos sociais, nossa Carta Magna elenca o direito dos trabalhadores urbanos ou rurais à
- (A) remuneração do serviço extraordinário pelo menos 50% maior que a do normal.
 - (B) irredutibilidade do salário após um ano de trabalho ininterrupto e efetivo no cargo.
 - (C) remuneração isonômica entre o trabalhador diurno e o noturno.
 - (D) jornada de trabalho normal não superior a 10 horas diárias e 48 semanais.
42. São considerados brasileiros natos, pela Constituição Federal,
- (A) os que optaram pela nossa nacionalidade e aqui residiram por um ano ininterrupto.
 - (B) os aqui nascidos, ainda que de pais estrangeiros a serviço do seu país de origem.
 - (C) os nascidos no estrangeiro, de pais brasileiros.
 - (D) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros que estejam a serviço do Brasil.
43. Compete aos municípios, nos dizeres da Constituição Republicana em vigor,
- (A) propor reformas para o aprimoramento da legislação estadual e do DF.
 - (B) legislar sobre questões versando acerca de assuntos de interesse regional.
 - (C) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
 - (D) instituir e arrecadar tributos sem necessidade de publicar balancetes.
44. É integrante do Poder Judiciário o
- (A) Tribunal de Contas.
 - (B) Juiz Militar.
 - (C) Juiz de Paz.
 - (D) Ministro da Justiça.
45. A ordem econômica nacional, conforme expresso preceito constitucional, deve observar, dentre outros, os princípios de
- (A) tratamento favorecido para as empresas, propriedade plena e redução do desemprego.
 - (B) soberania nacional, propriedade pública, propriedade privada e propriedade social.
 - (C) função social da propriedade, redução de desigualdades trabalhistas e pleno emprego.
 - (D) livre concorrência, defesa do consumidor e defesa do meio ambiente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

46. Leia atentamente os seguintes enunciados.
- I. *Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.*
 - II. *Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.*
 - III. *Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.*
- Nesses enunciados, estão expressos, respectivamente, os seguintes princípios da Administração Pública:
- (A) proporcionalidade (I), impessoalidade (II) e moralidade (III).
 - (B) razoabilidade (I), moralidade (II) e proporcionalidade (III).
 - (C) finalidade (I), supremacia do interesse público (II) e razoabilidade (III).
 - (D) razoabilidade (I), finalidade (II) e impessoalidade (III).
47. Em processo administrativo,
- (A) é vedada a impulsão de ofício, respeitando-se o princípio de instância.
 - (B) é legítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo, em razão do princípio de presunção de legalidade.
 - (C) é assegurado o princípio de reserva legal na prescrição de sanções, não na previsão de infrações nem na criação de condicionamentos aos direitos dos particulares.
 - (D) é necessária a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinam a decisão, em respeito ao princípio de motivação.
48. Leia as seguintes afirmações.
- I. É do Corregedor Geral da Justiça a atribuição para julgar recursos em processos de dúvidas registrárias referentes a dissenso sobre a prática de ato de registro em sentido estrito.
 - II. É do Conselho Superior de Justiça a atribuição para julgar recursos em processos disciplinares referentes a notários e registradores.
 - III. É da Câmara Especial do Tribunal de Justiça a atribuição para julgar recursos em processos de dúvidas registrárias referentes a dissenso sobre a prática de ato de averbação.
 - IV. No Poder Judiciário, em rigor, não há processo administrativo, mas apenas processo jurisdicional.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) Apenas uma afirmação é verdadeira.
 - (B) Todas as afirmações são falsas.
 - (C) Apenas duas afirmações são verdadeiras.
 - (D) Apenas três afirmações são verdadeiras.
49. Leia as seguintes afirmações.

- I. Revogação de ato administrativo é para casos de sua extinção por conveniência; anulação, para casos de sua extinção por oportunidade; nulidade, para casos de sua extinção por ilegalidade.
- II. O cumprimento da penalidade imposta ao administrado (multa por infração de trânsito) não convalida, por si só, a eventual nulidade do procedimento administrativo do qual resultou a sua aplicação.
- III. É juridicamente impossível a expropriação de bens próprios. Verificando, então, que a desapropriação, em caso de enfeiteuse, não poderia ter incidido sobre o domínio pleno, mas apenas sobre o domínio útil, é possível a expropriante pleitear, em "repetição de indébito", o que indevidamente pagou pelo domínio direto.

Está correto o contido em

- (A) I e III, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
50. A *infringência à legalidade por um ato administrativo, sob o ponto de vista abstrato, sempre será prejudicial ao interesse público; por outro lado, quando analisada em face das circunstâncias do caso concreto, nem sempre sua anulação será a melhor solução. Em face da dinâmica das relações jurídicas sociais, haverá casos em que o próprio interesse da coletividade será melhor atendido com a subsistência do ato nascido de forma irregular.* (STJ, RMS 25.652/PB, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, j. 16.09.2008, DJe 13.10.2008).
- Dessa leitura, é possível afirmar a orientação do julgado, apontando para
- (A) a convalidação dos efeitos de atos ilegais, em situações reversíveis, pelo princípio da autotutela.
 - (B) o poder-dever absoluto da Administração de recomposição da ordem jurídica violada, pelo princípio da efetividade.
 - (C) a prevalência do princípio da segurança jurídica na ponderação dos valores em questão (legalidade vs segurança).
 - (D) o controle temperado da legalidade do ato administrativo, pelo princípio da desafetação razoável.
51. A presença de advogado é obrigatória
- (A) em todas as fases do processo administrativo disciplinar e apenas para recorrer em processo de dúvida registrária.
 - (B) em todas as fases do processo administrativo disciplinar e do processo de dúvida registrária.
 - (C) em todas as fases do processo de dúvida registrária e apenas para recorrer em processo administrativo disciplinar.
 - (D) apenas para recorrer em processo administrativo disciplinar e em processo de dúvida registrária.
52. Assinale a alternativa correta.
- (A) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e seus efeitos são *ex tunc*.
 - (B) Revogação é o ato administrativo vinculado pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e podem ser objeto de revogação, inclusive, os atos que já exauriram os seus efeitos.
 - (C) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e podem ser objeto de revogação, inclusive, os atos vinculados.
 - (D) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e seus efeitos são *ex nunc*.
53. Atualmente, no direito brasileiro, podem ser indicadas as seguintes modalidades de restrição do Estado sobre a propriedade privada:
- (A) a servidão de trânsito, a anticrese, a enfeiteuse, as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação e o parcelamento e edificação compulsórios.
 - (B) as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação, o usufruto e a enfeiteuse.
 - (C) o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação, o usufruto, a enfeiteuse, as limitações administrativas e a requisição.
 - (D) as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação e o parcelamento e edificação compulsórios.
54. Descartada, pela Administração, por razões de conveniência, a aplicação do princípio da autoexecutoriedade, em se tratando de esbulho à posse de bem público de uso comum, praticado por particular há mais de ano e dia, portanto de força velha espoliativa,
- (A) não cabe mais, à Fazenda Pública, socorro ao interdito possessório típico, devendo a ação correr pelo rito ordinário.
 - (B) é cabível o interdito possessório típico, vedada, porém, a concessão de medida liminar de reintegração, por se tratar de posse velha.
 - (C) cabe o interdito possessório típico, inclusive com a concessão da medida liminar possessória correspondente, pois a força velha da posse, no caso, não surte efeitos contra a Fazenda Pública.
 - (D) o procedimento a ser observado, para a retomada, há de ser, necessariamente, o comum, preservada a possibilidade da antecipação de tutela pelo Juiz.
55. É correto afirmar que
- (A) por ser forma originária da aquisição da propriedade, a Constituição Federal não prevê casos de desapropriação com caráter sancionatório.
 - (B) os bens desapropriados, como regra, devem passar a integrar o patrimônio das pessoas jurídicas políticas que fizeram a desapropriação ou das pessoas públicas ou privadas que desempenhem serviços públicos por delegação do Poder Público, mas podem também, em certos casos, ter a destinação específica de ser transferidos a terceiros.
 - (C) os bens desapropriados, necessariamente, devem passar a integrar o patrimônio das pessoas jurídicas políticas que fizeram a desapropriação ou das pessoas públicas ou privadas que desempenhem serviços públicos por delegação do Poder Público e não podem, jamais, ter o destino da sua transferência a terceiros.
 - (D) a desapropriação com caráter sancionatório só é possível quando incidente sobre terras onde se cultivem plantas psicotrópicas.

REGISTROS PÚBLICOS

56. A competência notarial para lavrar escritura pública de separação consensual requer que o casal que esteja se separando
- (A) resida na circunscrição territorial da competência do tabelião de notas.
 - (B) não tenha filhos menores ou incapazes.

- (C) não tenha filhos menores, nem tampouco exista testamento válido de algum dos cônjuges, no momento da lavratura do ato notarial da separação consensual.
- (D) não tenha bens a partilhar.
57. Efetivada, no ano de 2009, adoção de pessoa maior, o ato a ser escriturado pelo registrador civil das pessoas naturais será
- (A) averbação de escritura pública de adoção simples, efetuada à margem do assento de nascimento do adotado.
- (B) cancelamento do assento de nascimento originário do adotado e efetivação de novo registro de nascimento, em cumprimento a mandado judicial respectivo.
- (C) averbação da sentença judicial concessiva da adoção, efetuada à margem do assento de nascimento do adotado em cumprimento a mandado judicial respectivo.
- (D) cancelamento do assento de nascimento originário do adotado e efetivação de novo registro de nascimento, em cumprimento à escritura pública de adoção simples.
58. Um homem e uma mulher, ambos solteiros e com mais de 60 anos de idade, sem filhos em comum, com uma comunhão de vida sem interrupções, iniciada em 26 de março de 1966, pretende convolar núpcias. É correto afirmar que o regime de bens do matrimônio
- (A) deverá ser necessariamente o da comunhão de bens, para garantir a comunicação dos bens adquiridos individualmente durante o período em que mantiveram uma comunhão de vida.
- (B) deverá ser o da separação legal de bens ou da separação convencional de bens, haja vista a idade dos nubentes.
- (C) deverá ser o da separação legal de bens, haja vista a idade dos nubentes.
- (D) poderá ser livremente convencionado, haja vista expressa disposição legal exceptiva.
59. O registro tardio de nascimento de pessoa com mais de 12 anos de idade
- (A) poderá ser feito diretamente na serventia de registro civil das pessoas naturais, sem necessidade de intervenção judicial, desde que o oficial tenha segurança jurídica para a prática do ato e com a observância das disposições normativas regulamentadoras da questão.
- (B) deverá ser iniciado por procedimento administrativo na própria serventia de registro civil das pessoas naturais, porém, o registro necessariamente dependerá de final autorização do juízo correcedor, haja vista a idade do registrando.
- (C) dependerá necessariamente de determinação judicial, após regular procedimento jurisdicional.
- (D) deverá ser feito, de pronto, na própria serventia de registro civil das pessoas naturais, não mais havendo possibilidade de análise da questão pelo juízo correcedor, haja vista a atual legislação em vigor.
60. A emancipação legal
- (A) necessita, para produzir efeito, de seu registro no Livro E do oficial de registro civil das pessoas naturais do 1.º Subdistrito competente.
- (B) necessita, para produzir efeito, de sua anotação à margem do assento de nascimento do emancipado.
- (C) necessita, para produzir efeito, de sua averbação à margem do assento de nascimento do emancipado.
- (D) independe de assentamento específico no registro público, produzindo efeito desde logo, a partir do ato ou do fato que a justifique.
61. Sítio oficial do Tribunal de Justiça de São Paulo na Internet que fixa um sistema eletrônico de comunicação, arquivamento e pesquisa integrada de dados, entre as unidades extrajudiciais paulistas e o respectivo órgão correccional central, e agrega, além de serviços de repasse de informações, outros de interesse geral no âmbito notarial e de registros públicos, como os de publicações, portarias, comunicados, decisões e ementários de pareceres da Corregedoria Geral da Justiça, bem como de acórdãos do Conselho Superior da Magistratura referentes às dúvidas registrárias:
- (A) Portal dos Serviços Notariais e de Registros, que é de acesso diário obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
- (B) Portal do Extrajudicial, que é de acesso semanal obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
- (C) Portal do Extrajudicial, que é de acesso diário obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
- (D) Portal dos Serviços Notariais e de Registros, que é de acesso semanal obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
62. Júlio, casado sob o regime de separação de bens com Maria, pretende doar, a seu primogênito Júnior, imóvel particular seu. O tabelião deverá
- (A) exigir a autorização de Maria e a anuência dos irmãos de Júnior.
- (B) dispensar a autorização de Maria e a anuência dos irmãos de Júnior.
- (C) exigir a autorização de Maria e dispensar a anuência dos irmãos.
- (D) dispensar a autorização de Maria e exigir a anuência dos irmãos de Júnior.
63. A aquisição de imóvel rural no Brasil, com área maior que três módulos, por pessoa física estrangeira, depende de autorização do poder público. Quando a Lei estabelece o padrão-módulo, refere-se a módulo
- (A) de exploração indefinida.
- (B) Fiscal.
- (C) Rural.
- (D) de fração mínima de parcelamento.
64. Em caso de escritura de alienação de terrenos urbanos contíguos, descritos em matrículas individualizadas e inscritos pela prefeitura municipal sob um único lançamento, a cobrança dos emolumentos será feita pelo tabelião
- (A) como um único ato e pelo registrador de imóveis como dois atos.
- (B) e pelo registrador de imóveis como um único ato.
- (C) e pelo registrador de imóveis como dois atos.
- (D) como dois atos e pelo registrador de imóveis como um único ato.
65. Dentre os requisitos da escritura pública de venda e compra a seguir, quais são os essenciais?
- (A) Local, qualificação das partes, identificação do objeto, preço e forma de pagamento.
- (B) Data, qualificação das partes, identificação do objeto e preço.
- (C) Data, local, qualificação das partes, identificação do objeto e quitação.
- (D) Data, local, qualificação das partes, preço e transmissão da posse.

66. Com relação ao testamento público, assinale a alternativa correta.
- (A) Ao cego só se permite o testamento cerrado.
 - (B) Ao estrangeiro que não compreende o vernáculo só se admite o testamento com tradutor público juramentado.
 - (C) O legatário pode figurar como testemunha.
 - (D) Pode ser feito por menor púbere.
67. Efetuada averbação de alteração do nome de um dos cônjuges no respectivo assento de casamento, deverá o oficial
- (A) comunicá-la ao registro de nascimento do outro cônjuge, para a devida anotação.
 - (B) abster-se de efetuar qualquer comunicação sobre tal averbação concretizada, por ausência de previsão normativa para tal.
 - (C) comunicá-la ao registro de nascimento daquele cônjuge que teve seu nome alterado, para simples anotação em seu respectivo assento de nascimento.
 - (D) comunicar às serventias onde foram registrados os filhos, para que se anote à margem dos assentos de nascimentos desses filhos a alteração do nome do genitor.
68. Francisca nomeia sua neta Sabrina, de 16 anos de idade, como sua mandatária, com plenos e gerais poderes. Pode-se afirmar que
- (A) a procuração somente poderá ser utilizada por Sabrina depois que ela completar 18 anos.
 - (B) a procuração é nula porque Sabrina é relativamente capaz.
 - (C) a procuração é válida, porém Francisca não tem como pedir prestação de contas.
 - (D) os atos praticados por Sabrina que exigem capacidade plena como, por exemplo, venda de imóveis, são anuláveis.
69. Assinale a alternativa correta.
- (A) O tabelião não poderá fornecer certidão de ato notarial incompleto, por falta de assinatura, sem autorização expressa do Juiz Corregedor Permanente.
 - (B) O tabelião deverá fornecer a certidão de seus atos notariais somente em papel de segurança específico, porém, se esse tipo de papel estiver em falta no cartório, poderá fazê-lo em papel comum, desde que timbrado do próprio cartório.
 - (C) O tabelião poderá cobrar emolumentos de certidão de escritura requerida por autarquia do Estado de São Paulo.
 - (D) Se a certidão fornecida pelo tabelião for em forma reprográfica, fica dispensado o uso de papel de segurança.
70. Assinale a alternativa correta.
- (A) Não pode haver requisição de força policial para os trabalhos correccionais, salvo necessidade de prisão em flagrante, em correição extraordinária.
 - (B) Juiz Corregedor Permanente e Corregedor Geral da Justiça exercem funções atípicas atribuídas ao Poder Judiciário.
 - (C) É vedada a extração de cópias e certidões do livro de visitas e correições.
 - (D) Toda visita correccional depende de publicação de edital.
71. O inciso XIII do art. 30 da Lei n.º 8.935/94 dispõe, dentre os deveres dos notários e oficiais de registro, o de “encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados...”. Assim,
- (A) diante de qualificação positiva, deve ser encaminhado ao juízo competente o resíduo das dúvidas ainda pendentes dos interessados.
 - (B) se o notário ou oficial de registro estiver em dúvida sobre a prática do ato notarial ou de registro, deve formular consulta ao seu juiz corregedor.
 - (C) se os interessados não estiverem certos sobre a prática de ato notarial, o notário não o pode lavrar e deve encaminhar ao juízo a dúvida deles.
 - (D) diante de qualificação negativa, os interessados têm direito à requalificação em juízo, que não se pode obstar.
72. Quanto às despesas do livro diário da receita e da despesa, assinale a alternativa errada.
- (A) Devem ser relacionadas com a unidade do serviço delegado, vedado o lançamento de despesa pessoal do delegado.
 - (B) Seus comprovantes devem ser arquivados em pasta própria.
 - (C) Devem ser lançadas nesse livro no dia em que se efetivam.
 - (D) Devem ser lançadas como despesas impróprias as devoluções de depósitos prévios escriturados nesse livro, de atos que não forem praticados.
73. A necessidade de prévia averbação de edificação noticiada na escritura de compra e venda, não constante na matrícula do imóvel, para posterior registro do título, é indispensável, em observância ao princípio de
- (A) especialidade objetiva.
 - (B) inscrição.
 - (C) continuidade.
 - (D) legitimação registral.
74. Quando se diz que é próprio da função dos notários não só a narração documental (*dictum*) com fé pública (*auctoritas + fides*), mas também a adequada qualificação jurídica do fato (*actum*) que há de ser escriturado, estão sendo ressaltadas, respectivamente, as seguintes funções dos notários:
- (A) instrumentadora, conciliadora e jurisdicional.
 - (B) interventora, representativa estatal e de aconselhamento.
 - (C) formalizadora, certificadora e de administração de interesses públicos.
 - (D) redatora, autenticadora e de assessoramento.
75. “... provém de dispositivos das Ordenações...” e “é lançado pelo tabelião em papéis e atos avulsos (como certidões e reconhecimentos de firma); não cabe, segundo a boa técnica, nos seus livros de notas, pois isso, segundo deixa entrever Rocha de Siqueira, aberraria da própria finalidade autenticatória da rubrica” (Sylvio do Amaral). A referência do texto é feita
- (A) à certificação digital de tabelião.
 - (B) ao sinal público de tabelião.
 - (C) à pública-forma.
 - (D) ao selo de autenticidade.

76. São, respectivamente, registros de eficácia declarativa (I) e de eficácia constitutiva (II):
(A) registro de óbito (I) e registro de casamento (II).
(B) registro de nascimento (I) e registro de óbito por morte presumida (II).
(C) registro de interdição (I) e registro de emancipação voluntária (II).
(D) registro de casamento (I) e registro de sentença de ausência (II).
77. Quanto às escrituras públicas de separação e divórcio consensuais, em que o separando ou divorciando for representado por mandatário, e às respectivas procurações, assinale a alternativa errada.
(A) Essas escrituras públicas de separação e divórcio não podem conter cláusula de renúncia nem de ajuste de obrigação alimentar (essa matéria deve ser objeto de solução judicial).
(B) O prazo de validade dessas procurações é de 30 (trinta) dias, mas se forem lavradas no exterior podem ter prazo de validade de até 90 (noventa) dias.
(C) O mandatário deve ser constituído em instrumento público.
(D) Poderes especiais não se confundem com descrição de cláusulas essenciais do ato a ser praticado, e essas procurações devem expressar ambos.
78. Assinale a alternativa incorreta.
(A) A sentença que julga procedente dúvida inversa mantém a recusa de registro do título.
(B) É apelável a sentença proferida em dúvida de registro e, no Estado de São Paulo, a Egrégia Corregedoria Geral de Justiça é competente para o julgamento do recurso.
(C) A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.
(D) O procedimento de dúvida deve ser sempre instruído com o título original.
79. A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, em processo judicial,
(A) não dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos para a prática de atos dos serviços notariais e de registro, mesmo que na determinação judicial conste essa circunstância.
(B) não dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos para a prática de atos dos serviços notariais e de registro por não abranger atos extraprocessuais.
(C) dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos para a prática de atos dos serviços notariais e de registro, incluindo a parcela devida aos tabeliães e registradores.
(D) dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos cabíveis ao Estado para a prática de atos dos serviços notariais e de registro, não incluindo a parcela devida aos tabeliães e registradores.
80. Em relação às sentenças de interdição, considere as assertivas:
I. são registradas no registro civil do 1.º subdistrito da sede da comarca, no Livro E ou seu desmembramento;
II. produzem efeitos desde logo, devendo o curador assinar o respectivo termo antes de seu registro;
III. são anotadas de ofício ou mediante comunicação nos assentos de nascimento e casamento do interdito.
São verdadeiras apenas as afirmações
(A) I e III.
(B) II e III.
(C) I e II.
(D) I.

DIREITO COMERCIAL

81. Segundo a jurisprudência e a doutrina atualmente dominantes, em sociedade limitada constituída por vários sócios, na pretensão de retirada de um deles, mediante ação de dissolução parcial, para apuração de seus haveres,
(A) os demais sócios são partes ilegítimas para figurarem no polo passivo da demanda, devendo esta voltar-se somente contra a pessoa jurídica.
(B) a pessoa jurídica é parte ilegítima para figurar no polo passivo, pois a pretensão de retirada, enquanto envolve modificação do contrato social, só pode ser atendida pelos sócios remanescentes.
(C) somente deverão figurar no polo passivo da demanda a pessoa jurídica e os sócios que tiverem divergido da alteração contratual para a retirada do sócio dissidente e apuração de seus haveres para pagamento, na forma disposta no contrato social.
(D) todos os sócios remanescentes, indistintamente, e mais a pessoa jurídica, deverão figurar no polo passivo da ação, pois, conquanto a alteração contratual só pudesse ser atendida pelos primeiros, o certo é que, julgada procedente a ação, o patrimônio da sociedade é que arcará com o pagamento do que for devido ao que se retira.
82. O cheque pode ser emitido contra o próprio banco sacador?
(A) Sim, desde que não ao portador.
(B) Sim, desde que ao portador.
(C) Sim, sempre.
(D) Não, jamais.
83. A lei especial prevê hipóteses de exclusão, total ou parcial, das sociedades empresárias do regime falencial, submetendo-as, dessarte, ou sempre a regime concursal diverso do falimentar, quando total a exclusão, ou a procedimento extrajudicial de liquidação concursal alternativo ao processo falimentar, quando parcial a exclusão. Sendo assim, assinale a alternativa correta.
(A) Em nenhum caso o empresário excluído, absoluta ou relativamente, do processo falimentar, submete-se à insolvência civil.
(B) As câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e liquidação financeira estão excluídas relativamente do processo falimentar, podendo, em certas circunstâncias especiais, ter a falência decretada.
(C) As seguradoras estão excluídas de forma absoluta do processo falimentar, não podendo ver decretada a falência em nenhuma hipótese, pois só podem ser submetidas ao procedimento específico de execução concursal, denominado *liquidação compulsória*, sob condução da Susep – Superintendência de Seguros Privados.
(D) Tanto as entidades abertas quanto as fechadas, de previdência complementar, estão excluídas, de forma absoluta, do processo falimentar, pois ambas estão sujeitas, unicamente, à liquidação extrajudicial.
84. No contrato de fretamento, o instrumento contratual correspondente é chamado de

- (A) conhecimento de carga.
 - (B) conhecimento de frete.
 - (C) carta partida.
 - (D) mandato mercantil.
85. O contrato pelo qual um banco paga ao distribuído (fornecedor) o preço à vista das mercadorias vendidas ao distribuidor (colaborador, concessionário) e cobra deste a prazo com os acréscimos remuneratórios do capital, em operação com que o fornecedor, que a garante, visa facilitar a atuação do seu colaborador na criação ou na consolidação de mercado dos seus produtos, denomina-se contrato de
- (A) mútuo bancário.
 - (B) crédito documentário.
 - (C) fomento mercantil.
 - (D) vendedor.
86. O seguro empresarial é um contrato de adesão, comutativo e consensual, no qual o *prêmio* tecnicamente representa
- (A) o valor a ser pago pela segurada à seguradora, para garantia do seu interesse contra riscos determinados.
 - (B) o valor da indenização paga pela seguradora à segurada em caso de sinistro.
 - (C) o valor do desconto na renovação do contrato de seguro em que não houve sinistro.
 - (D) a dispensa do pagamento da franquia em caso de sinistro.
87. Na sua classificação *quanto ao modelo*, os títulos de crédito dividem-se em:
- (A) causais, limitados e abstratos.
 - (B) ao portador, nominativos à ordem e nominativos não à ordem.
 - (C) vinculados e livres.
 - (D) ordem de pagamento a vista, promessa de pagamento e ordem de pagamento a prazo.
88. Endossar uma nota promissória significa
- (A) transferir o direito cambial autônomo que ela representa.
 - (B) garantir o seu pagamento.
 - (C) alterar o seu valor nominal.
 - (D) realizar sua cobrança.

DIREITO CIVIL

89. Conforme o art. 170 do Código Civil, "se o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade". Isto é conhecido na doutrina como
- (A) aproveitamento material e substancial.
 - (B) princípio pelo qual não há nulidade sem prejuízo.
 - (C) conversão do negócio jurídico.
 - (D) princípio do aproveitamento.
90. A obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, é denominada responsabilidade civil
- (A) completa.
 - (B) subjetiva.
 - (C) objetivo-subjetiva.
 - (D) objetiva.
91. Aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas, é denominado pela lei como
- (A) possuidor direto.
 - (B) detentor.
 - (C) possuidor indireto.
 - (D) representante possessório.
92. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Tal regra é decorrente do princípio conhecido como
- (A) saisine.
 - (B) transmissibilidade imediata.
 - (C) sucebilidade incondicional.
 - (D) herança instantânea.
93. A solenidade de celebração do casamento, na sede do cartório, exige a presença de pelo menos duas testemunhas
- (A) que não sejam parentes dos contraentes, em qualquer grau.
 - (B) que não sejam parentes dos contraentes, até terceiro grau.
 - (C) que não sejam parentes dos contraentes, até quarto grau.
 - (D) parentes ou não dos contraentes.
94. Analise as seguintes assertivas.
- I. O mandato para alienar bem imóvel depende de poderes especiais e expressos.
 - II. Sempre que o mandato contiver cláusula de irrevogabilidade e o mandante o revogar, tal revogação será ineficaz.
 - III. O maior de dezesseis anos e o menor de dezoito anos não emancipado podem ser mandatários.
 - IV. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar.
- Está correto apenas o contido em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.

95. Na doação conjuntiva, é correto dizer que
- se os donatários forem marido e mulher, somente subsistirá na totalidade a doação para o cônjuge sobrevivente, se esse direito de acrescer for expressamente estipulado no título de doação.
 - se os donatários forem marido e mulher, subsistirá na totalidade a doação para o cônjuge sobrevivente, mesmo que não estipulado no título de doação tal direito de acrescer.
 - não sendo os donatários marido e mulher, subsistirá na totalidade a doação para os donatários sobreviventes, mesmo que não estipulado o direito de acrescer.
 - entende-se distribuída por igual entre os donatários, desde que expressamente estipulada tal proporcionalidade no título de doação.
96. Ao receber a solicitação para lavrar uma escritura pública de doação, havendo herdeiros necessários do doador e não sendo os donatários tais herdeiros necessários, o notário deverá
- lavrando referida escritura pública de doação, mesmo que da totalidade dos bens do doador e sem reserva de usufruto, atentando-se apenas se o doador possui renda suficiente para sua subsistência.
 - lavrando referida escritura pública de doação da maneira como o doador quiser dispor de seus bens, por ser o doador maior, capaz e legítimo proprietário dos bens a serem doados.
 - orientar o doador no sentido de que a doação a ser efetuada não poderá ultrapassar a meação disponível de seus bens, resguardando a legítima dos herdeiros necessários, conforme art. 549 do Código Civil Brasileiro.
 - recusar-se a lavrar a escritura pública de doação, haja vista que havendo herdeiros necessários do doador, este não poderá doar bens para donatários que não sejam tais herdeiros necessários.
97. São impedimentos para o matrimônio, não podendo casar,
- o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela e não estiverem saldadas as respectivas contas.
 - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.
 - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
 - a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.
98. Analise as afirmações seguintes.
- São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.
 - O direito de representação dá-se na linha reta descendente, mas nunca na ascendente.
 - O renunciante à herança de uma pessoa poderá representá-la na sucessão da outra.
 - Somente podem testar os maiores de 18 anos.
- Estão corretos apenas os itens
- I, II e III.
 - I, II e IV.
 - I, III e IV.
 - II, III e IV.
99. Na hipoteca convencional,
- considera-se insolvente o devedor por faltar ao pagamento das obrigações garantidas por hipotecas posteriores à primeira.
 - é lícito às partes, no exercício da liberdade de contratar, estipular a proibição de alienação do imóvel hipotecado.
 - é defeso às partes convencionar que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.
 - é nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar o imóvel hipotecado.
100. Quanto ao usufruto
- constituído vitaliciamente em favor de duas ou mais pessoas, reverterá em favor dos sobreviventes, acrescendo aos quinhões destes a parte do falecido, salvo se, por estipulação expressa, extinguir-se em relação a cada uma das que falecerem.
 - constituído vitaliciamente em favor de duas ou mais pessoas, extinguir-se-á a parte em relação a cada uma das que falecerem, salvo se, por estipulação expressa, o quinhão desses couber ao sobrevivente.
 - não se pode transferir por alienação, nem o seu exercício pode ceder-se a título gratuito ou oneroso.
 - não poderá ser instituído com termo (ou prazo) de duração.

GABARITO – VERSÃO 02

1 - A	2 - A	3 - D	4 - C	5 - A	6 - A	7 - A	8 - A	9 - C	10 - B
11 - A	12 - D	13 - A	14 - B	15 - C	16 - D	17 - A	18 - A	19 - C	20 - A
21 - D	22 - A	23 - C	24 - B	25 - B	26 - D	27 - A	28 - B	29 - D	30 - A
31 - C	32 - A	33 - B	34 - D	35 - C	36 - D	37 - B	38 - A	39 - C	40 - B
41 - A	42 - D	43 - C	44 - B	45 - D	46 - A	47 - D	48 - B	49 - C	50 - C
51 - A	52 - D	53 - D	54 - C	55 - B	56 - B	57 - C	58 - D	59 - A	60 - D
61 - C	62 - B	63 - A	64 - A	65 - B	66 - D	67 - A	68 - C	69 - A	70 - B
71 - D	72 - D	73 - A	74 - D	75 - B	76 - C	77 - A	78 - B	79 - C	80 - A
81 - D	82 - A	83 - A	84 - C	85 - D	86 - A	87 - C	88 - A	89 - C	90 - D
91 - B	92 - A	93 - D	94 - C	95 - B	96 - C	97 - C	98 - A	99 - D	100 - B

VERSÃO 03

CONHECIMENTOS GERAIS

01. A demarcação de terras indígenas busca identificá-las e estabelecer seus limites, além de garantir sua proteção. Recentemente, surgiu uma grande polêmica relativa à demarcação de uma grande reserva indígena, em área de fronteira, conhecida como “Reserva Raposa do Sol”, sendo que tal demarcação acabou sendo objeto de importante disputa judicial no Supremo Tribunal Federal, que foi amplamente divulgada pela mídia. Tal reserva indígena localiza-se na região
- (A) Sul.
 - (B) Centro-Oeste.
 - (C) Sudeste.
 - (D) Norte.
02. Sobre o Rio São Francisco, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O Rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, segue por 2 800 km e atravessa os Estados de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.
 - (B) A ideia de transposição do Rio São Francisco existe desde o Reinado de D. Pedro II, visando à solução do problema das secas do Nordeste.
 - (C) Fernando Henrique Cardoso assinou um documento denominado *Compromisso pela Vida do São Francisco*. Esse documento previa, ainda, a transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.
 - (D) O Rio São Francisco é também conhecido como Rio de Integração Nacional.
03. A serra dos Carajás, que é rica em minerais, está próxima do Rio Tocantins, onde se construiu a hidrelétrica de Tucuruí. A referida serra fica no Estado brasileiro
- (A) do Espírito Santo.
 - (B) de Minas Gerais.
 - (C) do Pará.
 - (D) do Acre.
04. A Sigla ICP-Brasil significa
- (A) Instituto de Chaves Públicas Brasileira.
 - (B) Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
 - (C) Instituto de Chaves Privadas Brasileiras.
 - (D) Infraestrutura de Certificados Públicos Brasileiros.
05. Todas as unidades de serviço notariais e de registro deverão estar adequadas para o bom atendimento ao público em geral e, ainda, em especial, às pessoas com deficiência visual, auditiva e também às portadoras de mobilidade reduzida. Dentre as afirmativas elencadas, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Aplica-se, aos cartórios, considerando-se o princípio da razoabilidade, a norma 9050 da ABNT, que regula a acessibilidade em todos os prédios no Brasil.
 - (B) Se não for possível a adaptação para deficientes, o tabelião deverá manter um serviço telefônico de atendimento aos deficientes, fora da unidade.
 - (C) Cada unidade deverá ter, pelo menos, um banheiro para uso de cadeirante, de acordo com a norma em vigor.
 - (D) Se o acesso à unidade de serviço for unicamente por escada e não for possível a instalação de um sistema de acesso admitido pela norma de acessibilidade, a unidade deverá mudar para outro local apropriado.

LÍNGUA PORTUGUESA

06. Assinale a alternativa que contém a frase correta.
- (A) A audiência será ao meio dia e meio.
 - (B) Não os vejo por aqui fazem três anos.
 - (C) O professor estava de mal humor ontem.
 - (D) Fomos homenageadas, haja vista os resultados que obtivemos.

07. Leia o poema.

Ao desconcerto do Mundo

Os bons vi sempre passar
No Mundo graves tormentos;
E pera* mais me espantar,
Os maus vi sempre nadar
Em mar de contentamentos.
Cuidando alcançar assim
O bem tão mal ordenado,
Fui mau, mas fui castigado.
Assim que, só pera mim
Anda o Mundo concertado.

(Luís de Camões, *Obras Escolhidas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1954, 2.^a edição, vol. 1, pg. 136)

*pera – grafia da preposição para no séc. XVI.

Assinale a alternativa que reproduz de maneira mais completa o pensamento do autor.

- (A) No mundo, o autor vê que os bons sofrem enquanto os maus vivem bem.
 - (B) Os bons gostam de sofrer.
 - (C) Os maus são castigados pelos bons.
 - (D) Só para o autor o mundo está em desarmonia.
08. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.
- Ele casou-se em _____ sem providenciar o _____.
- (A) primeira núpcia ... pacto antenupcial
 - (B) primeiras núpcias ... pacto antenupcial
 - (C) primeiras núpcias ... pacto antinupcial

- (D) primeira núpcia ... pacto ante-nupcial
09. Complete as lacunas com as palavras corretas.
João e Maria Dr. Pedro e Dr. Jorge como seus procuradores.
(A) constitui ... bastantes
(B) constituíram ... bastante
(C) constitui ... bastante
(D) constituíram ... bastantes
10. Quanto ao emprego da crase, assinale a alternativa incorreta.
(A) Esta é a minha escola, à qual trago sempre na lembrança.
(B) Vamos à biblioteca.
(C) Fui a Londres, a Paris e à Bahia.
(D) Aprendi a amar minha terra.
11. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.
João substabeleceu o , não confiava mais no advogado.
(A) mandato ... por que
(B) mandato ... porque
(C) mandato ... porque
(D) mandato ... por quê
12. Assinale a alternativa em que a regência verbal está correta.
(A) Ele assiste à missa todos os domingos.
(B) Os candidatos aspiram o emprego.
(C) Ele visava a recuperação dos jogadores.
(D) Estes são os livros que mais gosto.
13. Assinale a frase correta quanto à concordância verbal.
(A) Fazem três anos que moro em São Paulo.
(B) As estrelas pareciam sorrir.
(C) Haverão sempre muitas pessoas procurando emprego.
(D) Neste cartório, lavra-se escrituras.
14. Considerando o vocabulário técnico e próprio dos serviços notariais e de registro, especialmente o de protesto de títulos e documentos de dívida, são sinônimos:
(A) *traslado* e *certidão*.
(B) *apontamento* e *termo*.
(C) *termo* e *protocolização*.
(D) *apontamento* e *protocolização*.
15. Quanto ao emprego de vírgula, assinale a alternativa correta.
(A) Lavrarei, a escritura, quer queiras quer não queiras.
(B) Tão claro como o dia é a norma do artigo 1.136, § 1.º do Código Civil.
(C) Fui escrevente, e notário, e registrador.
(D) Alienar, hipotecar, ou gravar de ônus real os bens imóveis, ou direitos reais sobre imóveis, alheios.

REGISTROS PÚBLICOS

16. A competência notarial para lavrar escritura pública de separação consensual requer que o casal que esteja se separando
(A) resida na circunscrição territorial da competência do tabelião de notas.
(B) não tenha filhos menores ou incapazes.
(C) não tenha filhos menores, nem tampouco exista testamento válido de algum dos cônjuges, no momento da lavratura do ato notarial da separação consensual.
(D) não tenha bens a partilhar.
17. Efetivada, no ano de 2009, adoção de pessoa maior, o ato a ser escriturado pelo registrador civil das pessoas naturais será
(A) averbação de escritura pública de adoção simples, efetuada à margem do assento de nascimento do adotado.
(B) cancelamento do assento de nascimento originário do adotado e efetivação de novo registro de nascimento, em cumprimento a mandado judicial respectivo.
(C) averbação da sentença judicial concessiva da adoção, efetuada à margem do assento de nascimento do adotado em cumprimento a mandado judicial respectivo.
(D) cancelamento do assento de nascimento originário do adotado e efetivação de novo registro de nascimento, em cumprimento à escritura pública de adoção simples.
18. Um homem e uma mulher, ambos solteiros e com mais de 60 anos de idade, sem filhos em comum, com uma comunhão de vida sem interrupções, iniciada em 26 de março de 1966, pretende convolar núpcias. É correto afirmar que o regime de bens do matrimônio
(A) deverá ser necessariamente o da comunhão de bens, para garantir a comunicação dos bens adquiridos individualmente durante o período em que mantiveram uma comunhão de vida.
(B) deverá ser o da separação legal de bens ou da separação convencional de bens, haja vista a idade dos nubentes.
(C) deverá ser o da separação legal de bens, haja vista a idade dos nubentes.
(D) poderá ser livremente convencionado, haja vista expressa disposição legal exceptiva.
19. O registro tardio de nascimento de pessoa com mais de 12 anos de idade
(A) poderá ser feito diretamente na serventia de registro civil das pessoas naturais, sem necessidade de intervenção judicial, desde que o oficial tenha segurança jurídica para a prática do ato e com a observância das disposições normativas regulamentadoras da questão.

- (B) deverá ser iniciado por procedimento administrativo na própria serventia de registro civil das pessoas naturais, porém, o registro necessariamente dependerá de final autorização do juízo correedor, haja vista a idade do registrando.
- (C) dependerá necessariamente de determinação judicial, após regular procedimento jurisdicional.
- (D) deverá ser feito, de pronto, na própria serventia de registro civil das pessoas naturais, não mais havendo possibilidade de análise da questão pelo juízo correedor, haja vista a atual legislação em vigor.
20. A emancipação legal
- (A) necessita, para produzir efeito, de seu registro no Livro E do oficial de registro civil das pessoas naturais do .º subdistrito competente.
- (B) necessita, para produzir efeito, de sua anotação à margem do assento de nascimento do emancipado.
- (C) necessita, para produzir efeito, de sua averbação à margem do assento de nascimento do emancipado.
- (D) independe de assentamento específico no registro público, produzindo efeito desde logo, a partir do ato ou do fato que a justifique.
21. Sítio oficial do Tribunal de Justiça de São Paulo na Internet que fixa um sistema eletrônico de comunicação, arquivamento e pesquisa integrada de dados, entre as unidades extrajudiciais paulistas e o respectivo órgão correccional central, e agrega, além de serviços de repasse de informações, outros de interesse geral no âmbito notarial e de registros públicos, como os de publicações de provimentos, portarias, comunicados, decisões e ementários de pareceres da Corregedoria Geral da Justiça, bem como de acórdãos do Conselho Superior da Magistratura referentes às dúvidas registrárias:
- (A) Portal dos Serviços Notariais e de Registros, que é de acesso diário obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
- (B) Portal do Extrajudicial, que é de acesso semanal obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
- (C) Portal do Extrajudicial, que é de acesso diário obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
- (D) Portal dos Serviços Notariais e de Registros, que é de acesso semanal obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
22. Júlio, casado sob o regime de separação de bens com Maria, pretende doar, a seu primogênito Júnior, imóvel particular seu. O tabelião deverá
- (A) exigir a autorização de Maria e a anuência dos irmãos de Júnior.
- (B) dispensar a autorização de Maria e a anuência dos irmãos de Júnior.
- (C) exigir a autorização de Maria e dispensar a anuência dos irmãos.
- (D) dispensar a autorização de Maria e exigir a anuência dos irmãos de Júnior.
23. A aquisição de imóvel rural no Brasil, com área maior que três módulos, por pessoa física estrangeira, depende de autorização do poder público. Quando a Lei estabelece o padrão-módulo, refere-se a módulo
- (A) de exploração indefinida.
- (B) Fiscal.
- (C) Rural.
- (D) de fração mínima de parcelamento.
24. Em caso de escritura de alienação de terrenos urbanos contíguos, descritos em matrículas individualizadas e inscritos pela prefeitura municipal sob um único lançamento, a cobrança dos emolumentos será feita pelo tabelião
- (A) como um único ato e pelo registrador de imóveis como dois atos.
- (B) e pelo registrador de imóveis como um único ato.
- (C) e pelo registrador de imóveis como dois atos.
- (D) como dois atos e pelo registrador de imóveis como um único ato.
25. Dentre os requisitos da escritura pública de venda e compra a seguir, quais são os essenciais?
- (A) Local, qualificação das partes, identificação do objeto, preço e forma de pagamento.
- (B) Data, qualificação das partes, identificação do objeto e preço.
- (C) Data, local, qualificação das partes, identificação do objeto e quitação.
- (D) Data, local, qualificação das partes, preço e transmissão da posse.
26. Com relação ao testamento público, assinale a alternativa correta.
- (A) Ao cego só se permite o testamento cerrado.
- (B) Ao estrangeiro que não compreende o vernáculo só se admite o testamento com tradutor público juramentado.
- (C) O legatário pode figurar como testemunha.
- (D) Pode ser feito por menor púbere.
27. Efetuada averbação de alteração do nome de um dos cônjuges no respectivo assento de casamento, deverá o oficial
- (A) comunicá-la ao registro de nascimento do outro cônjuge, para a devida anotação.
- (B) abster-se de efetuar qualquer comunicação sobre tal averbação concretizada, por ausência de previsão normativa para tal.
- (C) comunicá-la ao registro de nascimento daquele cônjuge que teve seu nome alterado, para simples anotação em seu respectivo assento de nascimento.
- (D) comunicar às serventias onde foram registrados os filhos, para que se anote à margem dos assentos de nascimentos desses filhos a alteração do nome do genitor.
28. Francisca nomeia sua neta Sabrina, de 16 anos de idade, como sua mandatária, com plenos e gerais poderes. Pode-se afirmar que
- (A) a procuração somente poderá ser utilizada por Sabrina depois que ela completar 18 anos.
- (B) a procuração é nula porque Sabrina é relativamente capaz.
- (C) a procuração é válida, porém Francisca não tem como pedir prestação de contas.
- (D) os atos praticados por Sabrina que exigem capacidade plena como, por exemplo, venda de imóveis, são anuláveis.
29. Assinale a alternativa correta.
- (A) O tabelião não poderá fornecer certidão de ato notarial incompleto, por falta de assinatura, sem autorização expressa do Juiz Correedor Permanente.

- (B) O tabelião deverá fornecer a certidão de seus atos notariais somente em papel de segurança específico, porém, se esse tipo de papel estiver em falta no cartório, poderá fazê-lo em papel comum, desde que timbrado do próprio cartório.
- (C) O tabelião poderá cobrar emolumentos de certidão de escritura requerida por autarquia do Estado de São Paulo.
- (D) Se a certidão fornecida pelo tabelião for em forma reprográfica, fica dispensado o uso de papel de segurança.
30. Assinale a alternativa correta.
- (A) Não pode haver requisição de força policial para os trabalhos correccionais, salvo necessidade de prisão em flagrante, em correição extraordinária.
- (B) Juiz Corregedor Permanente e Corregedor Geral da Justiça exercem funções atípicas atribuídas ao Poder Judiciário.
- (C) É vedada a extração de cópias e certidões do livro de visitas e correições.
- (D) Toda visita correccional depende de publicação de edital.
31. O inciso XIII do art. 30 da Lei n.º 8.935/94 dispõe, dentre os deveres dos notários e oficiais de registro, o de “encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados...”. Assim,
- (A) diante de qualificação positiva, deve ser encaminhado ao juízo competente o resíduo das dúvidas ainda pendentes dos interessados.
- (B) se o notário ou oficial de registro estiver em dúvida sobre a prática do ato notarial ou de registro, deve formular consulta ao seu juiz corregedor.
- (C) se os interessados não estiverem certos sobre a prática de ato notarial, o notário não o pode lavrar e deve encaminhar ao juízo a dúvida deles.
- (D) diante de qualificação negativa, os interessados têm direito à requalificação em juízo, que não se pode obstar.
32. Quanto às despesas do livro diário da receita e da despesa, assinale a alternativa errada.
- (A) Devem ser relacionadas com a unidade do serviço delegado, vedado o lançamento de despesa pessoal do delegado.
- (B) Seus comprovantes devem ser arquivados em pasta própria.
- (C) Devem ser lançadas nesse livro no dia em que se efetivam.
- (D) Devem ser lançadas como despesas impróprias as devoluções de depósitos prévios escriturados nesse livro, de atos que não forem praticados.
33. A necessidade de prévia averbação de edificação noticiada na escritura de compra e venda, não constante na matrícula do imóvel, para posterior registro do título, é indispensável, em observância ao princípio de
- (A) especialidade objetiva.
- (B) inscrição.
- (C) continuidade.
- (D) legitimção registral.
34. Quando se diz que é próprio da função dos notários não só a narração documental (*dictum*) com fé pública (*auctoritas + fides*), mas também a adequada qualificação jurídica do fato (*actum*) que há de ser escriturado, estão sendo ressaltadas, respectivamente, as seguintes funções dos notários:
- (A) instrumentadora, conciliadora e jurisdicional.
- (B) interventora, representativa estatal e de aconselhamento.
- (C) formalizadora, certificadora e de administração de interesses públicos.
- (D) redatora, autenticadora e de assessoramento.
35. “... provém de dispositivos das Ordenações...” e “é lançado pelo tabelião em papéis e atos avulsos (como certidões e reconhecimentos de firma); não cabe, segundo a boa técnica, nos seus livros de notas, pois isso, segundo deixa entrever Rocha de Siqueira, aberraria da própria finalidade autenticatória da rubrica” (Sylvio do Amaral). A referência do texto é feita
- (A) à certificação digital de tabelião.
- (B) ao sinal público de tabelião.
- (C) à pública-forma.
- (D) ao selo de autenticidade.
36. São, respectivamente, registros de eficácia declarativa (I) e de eficácia constitutiva (II):
- (A) registro de óbito (I) e registro de casamento (II).
- (B) registro de nascimento (I) e registro de óbito por morte presumida (II).
- (C) registro de interdição (I) e registro de emancipação voluntária (II).
- (D) registro de casamento (I) e registro de sentença de ausência (II).
37. Quanto às escrituras públicas de separação e divórcio consensuais, em que o separando ou divorciando for representado por mandatário, e às respectivas procurações, assinale a alternativa errada.
- (A) Essas escrituras públicas de separação e divórcio não podem conter cláusula de renúncia nem de ajuste de obrigação alimentar (essa matéria deve ser objeto de solução judicial).
- (B) O prazo de validade dessas procurações é de 30 (trinta) dias, mas se forem lavradas no exterior podem ter prazo de validade de até 90 (noventa) dias.
- (C) O mandatário deve ser constituído em instrumento público.
- (D) Poderes especiais não se confundem com descrição de cláusulas essenciais do ato a ser praticado, e essas procurações devem expressar ambos.
38. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) A sentença que julga procedente dúvida inversa mantém a recusa de registro do título.
- (B) É apelável a sentença proferida em dúvida de registro e, no Estado de São Paulo, a Egrégia Corregedoria Geral de Justiça é competente para o julgamento do recurso.
- (C) A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.
- (D) O procedimento de dúvida deve ser sempre instruído com o título original.
39. A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, em processo judicial,

- (A) não dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos para a prática de atos dos serviços notariais e de registro, mesmo que na determinação judicial conste essa circunstância.
 - (B) não dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos para a prática de atos dos serviços notariais e de registro por não abranger atos extraprocessuais.
 - (C) dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos para a prática de atos dos serviços notariais e de registro, incluindo a parcela devida aos tabeliães e registradores.
 - (D) dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos cabíveis ao Estado para a prática de atos dos serviços notariais e de registro, não incluindo a parcela devida aos tabeliães e registradores.
40. Em relação às sentenças de interdição, considere as assertivas:
- I. são registradas no registro civil do 1.º subdistrito da sede da comarca, no Livro E ou seu desmembramento;
 - II. produzem efeitos desde logo, devendo o curador assinar o respectivo termo antes de seu registro;
 - III. são anotadas de ofício ou mediante comunicação nos assentos de nascimento e casamento do interdito.
- São verdadeiras apenas as afirmações
- (A) I e III.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) I.

DIREITO CIVIL

41. Conforme o art. 170 do Código Civil, “se o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade”. Isto é conhecido na doutrina como
- (A) aproveitamento material e substancial.
 - (B) princípio pelo qual não há nulidade sem prejuízo.
 - (C) conversão do negócio jurídico.
 - (D) princípio do aproveitamento.
42. A obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, é denominada responsabilidade civil
- (A) completa.
 - (B) subjetiva.
 - (C) objetivo-subjetiva.
 - (D) objetiva.
43. Aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas, é denominado pela lei como
- (A) possuidor direto.
 - (B) detentor.
 - (C) possuidor indireto.
 - (D) representante possessório.
44. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Tal regra é decorrente do princípio conhecido como
- (A) saisine.
 - (B) transmissibilidade imediata.
 - (C) sucebidade incondicional.
 - (D) herança instantânea.
45. A solenidade de celebração do casamento, na sede do cartório, exige a presença de pelo menos duas testemunhas
- (A) que não sejam parentes dos contraentes, em qualquer grau.
 - (B) que não sejam parentes dos contraentes, até terceiro grau.
 - (C) que não sejam parentes dos contraentes, até quarto grau.
 - (D) parentes ou não dos contraentes.
46. Analise as seguintes assertivas.
- I. O mandato para alienar bem imóvel depende de poderes especiais e expressos.
 - II. Sempre que o mandato contiver cláusula de irrevogabilidade e o mandante o revogar, tal revogação será ineficaz.
 - III. O maior de dezesseis anos e o menor de dezoito anos não emancipado podem ser mandatários.
 - IV. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar.
- Está correto apenas o contido em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.
47. Na doação conjuntiva, é correto dizer que
- (A) se os donatários forem marido e mulher, somente subsistirá na totalidade a doação para o cônjuge sobrevivente, se esse direito de acrescer for expressamente estipulado no título de doação.
 - (B) se os donatários forem marido e mulher, subsistirá na totalidade a doação para o cônjuge sobrevivente, mesmo que não estipulado no título de doação tal direito de acrescer.
 - (C) não sendo os donatários marido e mulher, subsistirá na totalidade a doação para os donatários sobreviventes, mesmo que não estipulado o direito de acrescer.
 - (D) entende-se distribuída por igual entre os donatários, desde que expressamente estipulada tal proporcionalidade no título de doação.
48. Ao receber a solicitação para lavrar uma escritura pública de doação, havendo herdeiros necessários do doador e não sendo os donatários tais herdeiros necessários, o notário deverá

- (A) lavrar referida escritura pública de doação, mesmo que da totalidade dos bens do doador e sem reserva de usufruto, atentando-se apenas se o doador possui renda suficiente para sua subsistência.
- (B) lavrar referida escritura pública de doação da maneira como o doador quiser dispor de seus bens, por ser o doador maior, capaz e legítimo proprietário dos bens a serem doados.
- (C) orientar o doador no sentido de que a doação a ser efetuada não poderá ultrapassar a meação disponível de seus bens, resguardando a legítima dos herdeiros necessários, conforme art. 549 do Código Civil Brasileiro.
- (D) recusar-se a lavrar a escritura pública de doação, haja vista que havendo herdeiros necessários do doador, este não poderá doar bens para donatários que não sejam tais herdeiros necessários.
49. São impedimentos para o matrimônio, não podendo casar,
- (A) o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela e não estiverem saldadas as respectivas contas.
- (B) o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.
- (C) os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
- (D) a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.
50. Analise as afirmações seguintes.
- I. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.
- II. O direito de representação dá-se na linha reta descendente, mas nunca na ascendente.
- III. O renunciante à herança de uma pessoa poderá representá-la na sucessão da outra.
- IV. Somente podem testar os maiores de 18 anos.
- Estão corretos apenas os itens
- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
51. Na hipoteca convencional,
- (A) considera-se insolvente o devedor por faltar ao pagamento das obrigações garantidas por hipotecas posteriores à primeira.
- (B) é lícito às partes, no exercício da liberdade de contratar, estipular a proibição de alienação do imóvel hipotecado.
- (C) é defeso às partes convencionar que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.
- (D) é nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar o imóvel hipotecado.
52. Quanto ao usufruto
- (A) constituído vitaliciamente em favor de duas ou mais pessoas, reverterá em favor dos sobreviventes, acrescendo aos quinhões destes a parte do falecido, salvo se, por estipulação expressa, extinguir-se em relação a cada uma das que falecerem.
- (B) constituído vitaliciamente em favor de duas ou mais pessoas, extinguir-se-á a parte em relação a cada uma das que falecerem, salvo se, por estipulação expressa, o quinhão desses couber ao sobrevivente.
- (C) não se pode transferir por alienação, nem o seu exercício pode ceder-se a título gratuito ou oneroso.
- (D) não poderá ser instituído com termo (ou prazo) de duração.

DIREITO TRIBUTÁRIO

53. A taxa é um tributo instituído pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em razão do exercício do poder de polícia ou
- (A) pela utilização de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- (B) pela utilização efetiva de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- (C) pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- (D) pela utilização potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
54. Quanto aos emolumentos, assinale a alternativa correta.
- (A) A menor parte constitui contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.
- (B) A menor parte constitui contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social.
- (C) A maior parte constitui receita do Estado.
- (D) A maior parte constitui receita dos notários e registradores.
55. O registrador civil das pessoas naturais, ao efetuar um procedimento de retificação administrativa, com base no artigo 110 da Lei n.º 6.015/73, culminado com o ato averbatório da retificação e expedição da certidão respectiva, deverá
- (A) abster-se de efetuar qualquer cobrança, mesmo que o erro corrigido não tenha sido por culpa da própria serventia, conforme previsão do artigo 110 da Lei n.º 6.015/73.
- (B) cobrar pelo procedimento de retificação, porém, sem cobrar pela consequente averbação retificatória e expedição da respectiva certidão, por serem atos consequentes do procedimento de retificação.
- (C) cobrar pelo procedimento de retificação e também pelo ato averbatório de retificação, por serem atos distintos.
- (D) abster-se de efetuar qualquer cobrança apenas quando o erro corrigido não tenha sido por culpa da própria serventia.
56. O registrador civil das pessoas naturais, ao efetuar um procedimento de reconhecimento de filho, culminando com o ato averbatório e expedição da certidão respectiva, deverá
- (A) cobrar apenas pelo procedimento de reconhecimento de filho, sem cobrar pela consequente averbação e expedição da respectiva certidão, por serem atos consequentes do procedimento de reconhecimento de filho, conforme previsão do item 15 da Tabela V de Custas.
- (B) abster-se de efetuar qualquer cobrança, mesmo quando o interessado não declare que não tenha condições financeiras para tanto sem prejuízo do próprio sustento.

- (C) cobrar pelo procedimento de reconhecimento de filho e também pelo subsequente ato averbatório, por serem atos distintos.
- (D) cobrar pelo ato averbatório de reconhecimento de filho, sem nada cobrar pelo precedente procedimento administrativo para tanto.
57. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) São gratuitos os registros de nascimento e de óbito, bem como as respectivas primeiras certidões.
- (B) São gratuitos os registros de óbito e de casamento (para os declaradamente pobres), bem como as respectivas primeiras certidões.
- (C) São gratuitos os registros de nascimento e de emancipação voluntária, bem como as respectivas primeiras certidões.
- (D) São gratuitos os registros de interdições e as averbações em geral, oriundos de assistência judiciária deferida em Juízo.
58. Não extingue o crédito tributário
- (A) a isenção.
- (B) a transação.
- (C) o pagamento.
- (D) a compensação.

DIREITO COMERCIAL

59. Segundo a jurisprudência e a doutrina atualmente dominantes, em sociedade limitada constituída por vários sócios, na pretensão de retirada de um deles, mediante ação de dissolução parcial, para apuração de seus haveres,
- (A) os demais sócios são partes ilegítimas para figurarem no polo passivo da demanda, devendo esta voltar-se somente contra a pessoa jurídica.
- (B) a pessoa jurídica é parte ilegítima para figurar no polo passivo, pois a pretensão de retirada, enquanto envolve modificação do contrato social, só pode ser atendida pelos sócios remanescentes.
- (C) somente deverão figurar no polo passivo da demanda a pessoa jurídica e os sócios que tiverem divergido da alteração contratual para a retirada do sócio dissidente e apuração de seus haveres para pagamento, na forma disposta no contrato social.
- (D) todos os sócios remanescentes, indistintamente, e mais a pessoa jurídica, deverão figurar no polo passivo da ação, pois, conquanto a alteração contratual só pudesse ser atendida pelos primeiros, o certo é que, julgada procedente a ação, o patrimônio da sociedade é que arcará com o pagamento do que for devido ao que se retira.
60. O cheque pode ser emitido contra o próprio banco sacador?
- (A) Sim, desde que não ao portador.
- (B) Sim, desde que ao portador.
- (C) Sim, sempre.
- (D) Não, jamais.
61. A lei especial prevê hipóteses de exclusão, total ou parcial, das sociedades empresárias do regime falencial, submetendo-as, dessaarte, ou sempre a regime concursal diverso do falimentar, quando total a exclusão, ou a procedimento extrajudicial de liquidação concursal alternativo ao processo falimentar, quando parcial a exclusão. Sendo assim, assinale a alternativa correta.
- (A) Em nenhum caso o empresário excluído, absoluta ou relativamente, do processo falimentar, submete-se à insolvência civil.
- (B) As câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e liquidação financeira estão excluídas relativamente do processo falimentar, podendo, em certas circunstâncias especiais, ter a falência decretada.
- (C) As seguradoras estão excluídas de forma absoluta do processo falimentar, não podendo ver decretada a falência em nenhuma hipótese, pois só podem ser submetidas ao procedimento específico de execução concursal, denominado *liquidação compulsória*, sob condução da Susep – Superintendência de Seguros Privados.
- (D) Tanto as entidades abertas quanto as fechadas, de previdência complementar, estão excluídas, de forma absoluta, do processo falimentar, pois ambas estão sujeitas, unicamente, à liquidação extrajudicial.
62. No contrato de fretamento, o instrumento contratual correspondente é chamado de
- (A) conhecimento de carga.
- (B) conhecimento de frete.
- (C) carta partida.
- (D) mandato mercantil.
63. O contrato pelo qual um banco paga ao distribuído (fornecedor) o preço à vista das mercadorias vendidas ao distribuidor (colaborador, concessionário) e cobra deste a prazo com os acréscimos remuneratórios do capital, em operação com que o fornecedor, que a garante, visa facilitar a atuação do seu colaborador na criação ou na consolidação de mercado dos seus produtos, denomina-se contrato de
- (A) mútuo bancário.
- (B) crédito documentário.
- (C) fomento mercantil.
- (D) vendor.
64. O seguro empresarial é um contrato de adesão, comutativo e consensual, no qual o *prêmio* tecnicamente representa
- (A) o valor a ser pago pela segurada à seguradora, para garantia do seu interesse contra riscos determinados.
- (B) o valor da indenização paga pela seguradora à segurada em caso de sinistro.
- (C) o valor do desconto na renovação do contrato de seguro em que não houve sinistro.
- (D) a dispensa do pagamento da franquia em caso de sinistro.
65. Na sua classificação *quanto ao modelo*, os títulos de crédito dividem-se em:
- (A) causais, limitados e abstratos.
- (B) ao portador, nominativos à ordem e nominativos não à ordem.
- (C) vinculados e livres.

- (D) ordem de pagamento a vista, promessa de pagamento e ordem de pagamento a prazo.
66. Endossar uma nota promissória significa
- (A) transferir o direito cambial autônomo que ela representa.
 - (B) garantir o seu pagamento.
 - (C) alterar o seu valor nominal.
 - (D) realizar sua cobrança.

DIREITO ADMINISTRATIVO

67. Leia atentamente os seguintes enunciados.
- I. *Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.*
 - II. *Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.*
 - III. *Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.*
- Nesses enunciados, estão expressos, respectivamente, os seguintes princípios da Administração Pública:
- (A) proporcionalidade (I), impessoalidade (II) e moralidade (III).
 - (B) razoabilidade (I), moralidade (II) e proporcionalidade (III).
 - (C) finalidade (I), supremacia do interesse público (II) e razoabilidade (III).
 - (D) razoabilidade (I), finalidade (II) e impessoalidade (III).
68. Em processo administrativo,
- (A) é vedada a impulsão de ofício, respeitando-se o princípio de instância.
 - (B) é legítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo, em razão do princípio de presunção de legalidade.
 - (C) é assegurado o princípio de reserva legal na prescrição de sanções, não na previsão de infrações nem na criação de condicionamentos aos direitos dos particulares.
 - (D) é necessária a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinam a decisão, em respeito ao princípio de motivação.
69. Leia as seguintes afirmações.
- I. É do Corregedor Geral da Justiça a atribuição para julgar recursos em processos de dúvidas registrárias referentes a dissenso sobre a prática de ato de registro em sentido estrito.
 - II. É do Conselho Superior de Justiça a atribuição para julgar recursos em processos disciplinares referentes a notários e registradores.
 - III. É da Câmara Especial do Tribunal de Justiça a atribuição para julgar recursos em processos de dúvidas registrárias referentes a dissenso sobre a prática de ato de averbação.
 - IV. No Poder Judiciário, em rigor, não há processo administrativo, mas apenas processo jurisdicional.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) Apenas uma afirmação é verdadeira.
 - (B) Todas as afirmações são falsas.
 - (C) Apenas duas afirmações são verdadeiras.
 - (D) Apenas três afirmações são verdadeiras.
70. Leia as seguintes afirmações.
- I. Revogação de ato administrativo é para casos de sua extinção por conveniência; anulação, para casos de sua extinção por oportunidade; nulidade, para casos de sua extinção por ilegalidade.
 - II. O cumprimento da penalidade imposta ao administrado (multa por infração de trânsito) não convalida, por si só, a eventual nulidade do procedimento administrativo do qual resultou a sua aplicação.
 - III. É juridicamente impossível a expropriação de bens próprios. Verificando, então, que a desapropriação, em caso de enfeiteuse, não poderia ter incidido sobre o domínio pleno, mas apenas sobre o domínio útil, é possível a expropriante pleitear, em "repetição de indébito", o que indevidamente pagou pelo domínio direto.
- Está correto o contido em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
71. *A infringência à legalidade por um ato administrativo, sob o ponto de vista abstrato, sempre será prejudicial ao interesse público; por outro lado, quando analisada em face das circunstâncias do caso concreto, nem sempre sua anulação será a melhor solução. Em face da dinâmica das relações jurídicas sociais, haverá casos em que o próprio interesse da coletividade será melhor atendido com a subsistência do ato nascido de forma irregular.* (STJ, RMS 25.652/PB, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, j. 16.09.2008, DJe 13.10.2008).
- Dessa leitura, é possível afirmar a orientação do julgado, apontando para
- (A) a convalidação dos efeitos de atos ilegais, em situações reversíveis, pelo princípio da autotutela.
 - (B) o poder-dever absoluto da Administração de recomposição da ordem jurídica violada, pelo princípio da efetividade.
 - (C) a prevalência do princípio da segurança jurídica na ponderação dos valores em questão (legalidade vs segurança).
 - (D) o controle temperado da legalidade do ato administrativo, pelo princípio da desafetação razoável.
72. A presença de advogado é obrigatória
- (A) em todas as fases do processo administrativo disciplinar e apenas para recorrer em processo de dúvida registrária.
 - (B) em todas as fases do processo administrativo disciplinar e do processo de dúvida registrária.
 - (C) em todas as fases do processo de dúvida registrária e apenas para recorrer em processo administrativo disciplinar.
 - (D) apenas para recorrer em processo administrativo disciplinar e em processo de dúvida registrária.
73. Assinale a alternativa correta.
- (A) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e seus efeitos são *ex tunc*.

- (B) Revogação é o ato administrativo vinculado pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e podem ser objeto de revogação, inclusive, os atos que já exauriram os seus efeitos.
- (C) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e podem ser objeto de revogação, inclusive, os atos vinculados.
- (D) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e seus efeitos são *ex nunc*.
74. Atualmente, no direito brasileiro, podem ser indicadas as seguintes modalidades de restrição do Estado sobre a propriedade privada:
- (A) a servidão de trânsito, a anticrese, a enfiteuse, as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação e o parcelamento e edificação compulsórios.
- (B) as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação, o usufruto e a enfiteuse.
- (C) o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação, o usufruto, a enfiteuse, as limitações administrativas e a requisição.
- (D) as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação e o parcelamento e edificação compulsórios.
75. Descartada, pela Administração, por razões de conveniência, a aplicação do princípio da autoexecutoriedade, em se tratando de esbulho à posse de bem público de uso comum, praticado por particular há mais de ano e dia, portanto de força velha espoliativa,
- (A) não cabe mais, à Fazenda Pública, socorro ao interdito possessório típico, devendo a ação correr pelo rito ordinário.
- (B) é cabível o interdito possessório típico, vedada, porém, a concessão de medida liminar de reintegração, por se tratar de posse velha.
- (C) cabe o interdito possessório típico, inclusive com a concessão da medida liminar possessória correspondente, pois a força velha da posse, no caso, não surte efeitos contra a Fazenda Pública.
- (D) o procedimento a ser observado, para a retomada, há de ser, necessariamente, o comum, preservada a possibilidade da antecipação de tutela pelo Juiz.
76. É correto afirmar que
- (A) por ser forma originária da aquisição da propriedade, a Constituição Federal não prevê casos de desapropriação com caráter sancionatório.
- (B) os bens desapropriados, como regra, devem passar a integrar o patrimônio das pessoas jurídicas políticas que fizeram a desapropriação ou das pessoas públicas ou privadas que desempenhem serviços públicos por delegação do Poder Público, mas podem também, em certos casos, ter a destinação específica de ser transferidos a terceiros.
- (C) os bens desapropriados, necessariamente, devem passar a integrar o patrimônio das pessoas jurídicas políticas que fizeram a desapropriação ou das pessoas públicas ou privadas que desempenhem serviços públicos por delegação do Poder Público e não podem, jamais, ter o destino da sua transferência a terceiros.
- (D) a desapropriação com caráter sancionatório só é possível quando incidente sobre terras onde se cultivem plantas psicotrópicas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

77. Nossa Constituição Federal é tida pela doutrina como rígida em razão de
- (A) não admitir emendas constitucionais, mormente se estas violarem cláusulas pétreas.
- (B) poder ser modificada após certo tempo, se houver um plebiscito assim determinando.
- (C) admitir alteração desde que esta só ocorra após determinado período da promulgação.
- (D) ser modificada mediante maior solenidade do que exigido para as demais normas.
78. Quanto à sua extensão, nossa Constituição Federal é definida pela doutrina como
- (A) sintética.
- (B) analítica.
- (C) concisa.
- (D) flexível.
79. O poder constituinte atribuído aos Estados-membros para se auto-organizarem é denominado
- (A) decorrente.
- (B) originário.
- (C) originário-derivado.
- (D) originário-federativo.
80. Nossa Lei Maior elenca textualmente, como sendo princípios fundamentais da República brasileira,
- (A) o respeito à privacidade, à intimidade e à inviolabilidade da pessoa humana.
- (B) a unidade, a autonomia e a indissolubilidade dos nossos partidos políticos.
- (C) o respeito aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (D) a possibilidade da criação de novos municípios, mediante plebiscito democrático.
81. A Constituição da República prevê a concessão de *habeas data* para que o impetrante possa
- (A) obter a liberação de documentos injustamente apreendidos por autoridade pública.
- (B) conhecer ou retificar suas informações pessoais em bancos de dados públicos.
- (C) assegurar o direito de ir e vir, próprio ou alheio, por determinado período de tempo.
- (D) exigir que seja designado prazo razoável para que direito seu seja de fato respeitado.
82. Dentre os direitos sociais, nossa Carta Magna elenca o direito dos trabalhadores urbanos ou rurais à
- (A) remuneração do serviço extraordinário pelo menos 50% maior que a do normal.
- (B) irredutibilidade do salário após um ano de trabalho ininterrupto e efetivo no cargo.
- (C) remuneração isonômica entre o trabalhador diurno e o noturno.
- (D) jornada de trabalho normal não superior a 10 horas diárias e 48 semanais.

83. São considerados brasileiros natos, pela Constituição Federal,
- (A) os que optaram pela nossa nacionalidade e aqui residiram por um ano ininterrupto.
 - (B) os aqui nascidos, ainda que de pais estrangeiros a serviço do seu país de origem.
 - (C) os nascidos no estrangeiro, de pais brasileiros.
 - (D) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros que estejam a serviço do Brasil.
84. Compete aos municípios, nos dizeres da Constituição Republicana em vigor,
- (A) propor reformas para o aprimoramento da legislação estadual e do DF.
 - (B) legislar sobre questões versando acerca de assuntos de interesse regional.
 - (C) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
 - (D) instituir e arrecadar tributos sem necessidade de publicar balancetes.
85. É integrante do Poder Judiciário o
- (A) Tribunal de Contas.
 - (B) Juiz Militar.
 - (C) Juiz de Paz.
 - (D) Ministro da Justiça.
86. A ordem econômica nacional, conforme expresso preceito constitucional, deve observar, dentre outros, os princípios de
- (A) tratamento favorecido para as empresas, propriedade plena e redução do desemprego.
 - (B) soberania nacional, propriedade pública, propriedade privada e propriedade social.
 - (C) função social da propriedade, redução de desigualdades trabalhistas e pleno emprego.
 - (D) livre concorrência, defesa do consumidor e defesa do meio ambiente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

87. Após a morte de João dos Santos, sua família está diligenciando a venda de um imóvel pertencente ao espólio do *de cujus*, e então percebe que há necessidade de fazer previamente uma retificação judicial da área do referido bem. Para que isso seja feito, quem terá legitimidade para representar o espólio em juízo será
- (A) a viúva-meeira.
 - (B) o curador nomeado.
 - (C) o inventariante.
 - (D) o primogênito do *de cujus*.
88. Os atos de um processo judicial podem ser armazenados e assinados por meio eletrônico?
- (A) Sim, uma vez que a lei é omissa e, assim, não veda tal conduta.
 - (B) Sim, nos termos da lei.
 - (C) Não, por falta de previsão legal, a ferir o princípio do devido processo legal.
 - (D) Não, até que haja autorização expressa e específica do Conselho Nacional de Justiça.
89. O interesse de agir é uma das condições da ação. Ele se subdivide no binômio:
- (A) necessidade do provimento jurisdicional objetivado e adequação da via processual eleita.
 - (B) necessidade do provimento jurisdicional objetivado e valor econômico relevante.
 - (C) interesse de conteúdo econômico evidenciado e recolhimento das custas devidas.
 - (D) pretensão resistida e diferimento de custas.
90. Conforme o previsto no art. 257 do Código de Processo Civil, se no prazo de trinta dias contados da distribuição do feito não forem recolhidas as custas de preparo, e não sendo hipótese de concessão de justiça gratuita ou diferimento do recolhimento das custas, o juiz
- (A) extinguirá o processo, por impossibilidade jurídica do pedido.
 - (B) proferirá sentença de improcedência da ação.
 - (C) mandará citar o réu, dando prosseguimento do feito.
 - (D) determinará que seja cancelada a distribuição do feito.
91. O CPC admite, dando-lhes a mesma força probatória de documento original, as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial, desde que declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, bastando que, para tanto,
- (A) não lhes seja impugnada a autenticidade.
 - (B) haja posterior ratificação pelo escrivão do juízo, à vista das vias originais.
 - (C) um tabelião emita documento que corrobore serem elas autênticas e fidedignas.
 - (D) o documento original seja também trazido aos autos antes da sentença.
92. O agravo de instrumento, interposto em razão de decisão do juízo de primeiro grau que apreciou pedido de tutela antecipada, será interposto perante o
- (A) juízo prolator da decisão atacada pelo recurso.
 - (B) tribunal competente para sua apreciação.
 - (C) juízo prolator da decisão atacada ou o tribunal, a critério da parte agravante.
 - (D) juízo prolator da decisão atacada ou o tribunal, conforme haja ou não urgência.

DIREITO PENAL

93. Dentre os crimes contra o casamento previstos no Código Penal, não mais se encontra tipificada a conduta consistente em
- (A) adultério.
 - (B) conhecimento prévio de impedimento.
 - (C) induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.
 - (D) simulação de autoridade para celebração de casamento.

94. *Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio* é a descrição do Código Penal para o crime de
 (A) peculato.
 (B) apropriação indébita de verbas ou rendas públicas.
 (C) concussão.
 (D) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
95. Considerando os princípios que regem a aplicação da lei penal, analise as afirmativas.
 I. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia imposição legal.
 II. A lei penal não pode retroagir para prejudicar o réu.
 III. É vedado o uso de qualquer tipo de analogia para interpretação das leis penais.
 IV. Ninguém pode ser punido duas vezes pelo mesmo fato.
 São corretas apenas as afirmativas
 (A) II e III.
 (B) I e II.
 (C) II, III e IV.
 (D) I, II e IV.
96. Em relação à conduta do notário que lavra uma escritura de compra e venda em que o alienante é idoso sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal, tem-se que
 (A) caracteriza o delito de falsidade ideológica.
 (B) configura apenas ilícito administrativo.
 (C) constitui crime próprio previsto no Estatuto do Idoso.
 (D) se enquadra no delito de prevaricação.
97. Considerando o conceito de funcionário público para fins penais, indique a alternativa incorreta.
 (A) Funcionário público é apenas aquele que exerce cargo público, criado por lei, com atribuição própria e remunerado pelos cofres públicos.
 (B) Funcionário público é aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
 (C) É funcionário público aquele que exerce cargo, emprego ou função pública em entidade paraestatal.
 (D) É funcionário público aquele que trabalha para empresa prestadora de serviço ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
98. A conduta do funcionário público que exige tributo que sabe ou deveria saber indevido configura o delito de
 (A) excesso de exação.
 (B) concussão.
 (C) corrupção passiva.
 (D) prevaricação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

99. No que concerne à legitimidade para a propositura de ação penal nos crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função, tem-se que
 (A) é concorrente entre o ofendido, mediante queixa, e o Ministério Público, condicionada à representação do ofendido.
 (B) é exclusiva do Ministério Público, mediante ação penal pública incondicionada.
 (C) é apenas privativa do ofendido, mediante queixa.
 (D) é apenas privativa do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido.
100. A carta testemunhável é
 (A) um recurso previsto no CPP.
 (B) uma precatória para a inquirição de testemunhas.
 (C) um procedimento judicial, solicitando a inquirição de testemunhas por via postal.
 (D) um documento expedido por via postal, trazendo o relato de testemunhas.

GABARITO – VERSÃO 03

1 - D	2 - A	3 - C	4 - B	5 - B	6 - D	7 - A	8 - B	9 - D	10 - A
11 - C	12 - A	13 - B	14 - D	15 - C	16 - B	17 - C	18 - D	19 - A	20 - D
21 - C	22 - B	23 - A	24 - A	25 - B	26 - D	27 - A	28 - C	29 - A	30 - B
31 - D	32 - D	33 - A	34 - D	35 - B	36 - C	37 - A	38 - B	39 - C	40 - A
41 - C	42 - D	43 - B	44 - A	45 - D	46 - C	47 - B	48 - C	49 - C	50 - A
51 - D	52 - B	53 - C	54 - D	55 - A	56 - A	57 - C	58 - A	59 - D	60 - A
61 - A	62 - C	63 - D	64 - A	65 - C	66 - A	67 - A	68 - D	69 - B	70 - C
71 - C	72 - A	73 - D	74 - D	75 - C	76 - B	77 - D	78 - B	79 - A	80 - C
81 - B	82 - A	83 - D	84 - C	85 - B	86 - D	87 - C	88 - B	89 - A	90 - D
91 - A	92 - B	93 - A	94 - A	95 - D	96 - C	97 - A	98 - A	99 - A	100 - A

VERSÃO 04

DIREITO COMERCIAL

01. Segundo a jurisprudência e a doutrina atualmente dominantes, em sociedade limitada constituída por vários sócios, na pretensão de retirada de um deles, mediante ação de dissolução parcial, para apuração de seus haveres,
- (A) os demais sócios são partes ilegítimas para figurarem no polo passivo da demanda, devendo esta voltar-se somente contra a pessoa jurídica.
 - (B) a pessoa jurídica é parte ilegítima para figurar no polo passivo, pois a pretensão de retirada, enquanto envolve modificação do contrato social, só pode ser atendida pelos sócios remanescentes.
 - (C) somente deverão figurar no polo passivo da demanda a pessoa jurídica e os sócios que tiverem divergido da alteração contratual para a retirada do sócio dissidente e apuração de seus haveres para pagamento, na forma disposta no contrato social.
 - (D) todos os sócios remanescentes, indistintamente, e mais a pessoa jurídica, deverão figurar no polo passivo da ação, pois, conquanto a alteração contratual só pudesse ser atendida pelos primeiros, o certo é que, julgada procedente a ação, o patrimônio da sociedade é que arcará com o pagamento do que for devido ao que se retira.
02. O cheque pode ser emitido contra o próprio banco sacador?
- (A) Sim, desde que não ao portador.
 - (B) Sim, desde que ao portador.
 - (C) Sim, sempre.
 - (D) Não, jamais.
03. A lei especial prevê hipóteses de exclusão, total ou parcial, das sociedades empresárias do regime falencial, submetendo-as, dessarte, ou sempre a regime concursal diverso do falimentar, quando total a exclusão, ou a procedimento extrajudicial de liquidação concursal alternativo ao processo falimentar, quando parcial a exclusão. Sendo assim, assinale a alternativa correta.
- (A) Em nenhum caso o empresário excluído, absoluta ou relativamente, do processo falimentar, submete-se à insolvência civil.
 - (B) As câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e liquidação financeira estão excluídas relativamente do processo falimentar, podendo, em certas circunstâncias especiais, ter a falência decretada.
 - (C) As seguradoras estão excluídas de forma absoluta do processo falimentar, não podendo ver decretada a falência em nenhuma hipótese, pois só podem ser submetidas ao procedimento específico de execução concursal, denominado *liquidação compulsória*, sob condução da Susep – Superintendência de Seguros Privados.
 - (D) Tanto as entidades abertas quanto as fechadas, de previdência complementar, estão excluídas, de forma absoluta, do processo falimentar, pois ambas estão sujeitas, unicamente, à liquidação extrajudicial.
04. No contrato de fretamento, o instrumento contratual correspondente é chamado de
- (A) conhecimento de carga.
 - (B) conhecimento de frete.
 - (C) carta partida.
 - (D) mandato mercantil.
05. O contrato pelo qual um banco paga ao distribuído (fornecedor) o preço à vista das mercadorias vendidas ao distribuidor (colaborador, concessionário) e cobra deste a prazo com os acréscimos remuneratórios do capital, em operação com que o fornecedor, que a garante, visa facilitar a atuação do seu colaborador na criação ou na consolidação de mercado dos seus produtos, denomina-se contrato de
- (A) mútuo bancário.
 - (B) crédito documentário.
 - (C) fomento mercantil.
 - (D) vendor.
06. O seguro empresarial é um contrato de adesão, comutativo e consensual, no qual o *prêmio* tecnicamente representa
- (A) o valor a ser pago pela segurada à seguradora, para garantia do seu interesse contra riscos determinados.
 - (B) o valor da indenização paga pela seguradora à segurada em caso de sinistro.
 - (C) o valor do desconto na renovação do contrato de seguro em que não houve sinistro.
 - (D) a dispensa do pagamento da franquia em caso de sinistro.
07. Na sua classificação *quanto ao modelo*, os títulos de crédito dividem-se em:
- (A) causais, limitados e abstratos.
 - (B) ao portador, nominativos à ordem e nominativos não à ordem.
 - (C) vinculados e livres.
 - (D) ordem de pagamento a vista, promessa de pagamento e ordem de pagamento a prazo.
08. Endossar uma nota promissória significa
- (A) transferir o direito cambial autônomo que ela representa.
 - (B) garantir o seu pagamento.
 - (C) alterar o seu valor nominal.
 - (D) realizar sua cobrança.

DIREITO TRIBUTÁRIO

09. A taxa é um tributo instituído pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em razão do exercício do poder de polícia ou
- (A) pela utilização de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) pela utilização efetiva de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (C) pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (D) pela utilização potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

10. Quanto aos emolumentos, assinale a alternativa correta.
- (A) A menor parte constitui contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.
 - (B) A menor parte constitui contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social.
 - (C) A maior parte constitui receita do Estado.
 - (D) A maior parte constitui receita dos notários e registradores.
11. O registrador civil das pessoas naturais, ao efetuar um procedimento de retificação administrativa, com base no artigo 110 da Lei n.º 6.015/73, culminado com o ato averbatório da retificação e expedição da certidão respectiva, deverá
- (A) abster-se de efetuar qualquer cobrança, mesmo que o erro corrigido não tenha sido por culpa da própria serventia, conforme previsão do artigo 110 da Lei n.º 6.015/73.
 - (B) cobrar pelo procedimento de retificação, porém, sem cobrar pela consequente averbação retificatória e expedição da respectiva certidão, por serem atos consequentes do procedimento de retificação.
 - (C) cobrar pelo procedimento de retificação e também pelo ato averbatório de retificação, por serem atos distintos.
 - (D) abster-se de efetuar qualquer cobrança apenas quando o erro corrigido não tenha sido por culpa da própria serventia.
12. O registrador civil das pessoas naturais, ao efetuar um procedimento de reconhecimento de filho, culminando com o ato averbatório e expedição da certidão respectiva, deverá
- (A) cobrar apenas pelo procedimento de reconhecimento de filho, sem cobrar pela consequente averbação e expedição da respectiva certidão, por serem atos consequentes do procedimento de reconhecimento de filho, conforme previsão do item 15 da Tabela V de Custas.
 - (B) abster-se de efetuar qualquer cobrança, mesmo quando o interessado não declare que não tenha condições financeiras para tanto sem prejuízo do próprio sustento.
 - (C) cobrar pelo procedimento de reconhecimento de filho e também pelo subsequente ato averbatório, por serem atos distintos.
 - (D) cobrar pelo ato averbatório de reconhecimento de filho, sem nada cobrar pelo precedente procedimento administrativo para tanto.
13. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) São gratuitos os registros de nascimento e de óbito, bem como as respectivas primeiras certidões.
 - (B) São gratuitos os registros de óbito e de casamento (para os declaradamente pobres), bem como as respectivas primeiras certidões.
 - (C) São gratuitos os registros de nascimento e de emancipação voluntária, bem como as respectivas primeiras certidões.
 - (D) São gratuitos os registros de interdições e as averbações em geral, oriundos de assistência judiciária deferida em Juízo.
14. Não extingue o crédito tributário
- (A) a isenção.
 - (B) a transação.
 - (C) o pagamento.
 - (D) a compensação.

CONHECIMENTOS GERAIS

15. A demarcação de terras indígenas busca identificá-las e estabelecer seus limites, além de garantir sua proteção. Recentemente, surgiu uma grande polêmica relativa à demarcação de uma grande reserva indígena, em área de fronteira, conhecida como "Reserva Raposa do Sol", sendo que tal demarcação acabou sendo objeto de importante disputa judicial no Supremo Tribunal Federal, que foi amplamente divulgada pela mídia. Tal reserva indígena localiza-se na região
- (A) Sul.
 - (B) Centro-Oeste.
 - (C) Sudeste.
 - (D) Norte.
16. Sobre o Rio São Francisco, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O Rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, segue por 2 800 km e atravessa os Estados de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.
 - (B) A ideia de transposição do Rio São Francisco existe desde o Reinado de D. Pedro II, visando à solução do problema das secas do Nordeste.
 - (C) Fernando Henrique Cardoso assinou um documento denominado *Compromisso pela Vida do São Francisco*. Esse documento previa, ainda, a transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.
 - (D) O Rio São Francisco é também conhecido como Rio de Integração Nacional.
17. A serra dos Carajás, que é rica em minerais, está próxima do Rio Tocantins, onde se construiu a hidrelétrica de Tucuruí. A referida serra fica no Estado brasileiro
- (A) do Espírito Santo.
 - (B) de Minas Gerais.
 - (C) do Pará.
 - (D) do Acre.
18. A Sigla ICP-Brasil significa
- (A) Instituto de Chaves Públicas Brasileira.
 - (B) Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
 - (C) Instituto de Chaves Privadas Brasileiras.
 - (D) Infraestrutura de Certificados Públicos Brasileiros.
19. Todas as unidades de serviço notariais e de registro deverão estar adequadas para o bom atendimento ao público em geral e, ainda, em especial, às pessoas com deficiência visual, auditiva e também às portadoras de mobilidade reduzida. Dentre as afirmativas elencadas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Aplica-se, aos cartórios, considerando-se o princípio da razoabilidade, a norma 9050 da ABNT, que regula a acessibilidade em todos os prédios no Brasil.
- (B) Se não for possível a adaptação para deficientes, o tabelião deverá manter um serviço telefônico de atendimento aos deficientes, fora da unidade.
- (C) Cada unidade deverá ter, pelo menos, um banheiro para uso de cadeirante, de acordo com a norma em vigor.
- (D) Se o acesso à unidade de serviço for unicamente por escada e não for possível a instalação de um sistema de acesso admitido pela norma de acessibilidade, a unidade deverá mudar para outro local apropriado.

LÍNGUA PORTUGUESA

20. Assinale a alternativa que contém a frase correta.

- (A) A audiência será ao meio dia e meio.
- (B) Não os vejo por aqui fazem três anos.
- (C) O professor estava de mal humor ontem.
- (D) Fomos homenageadas, haja vista os resultados que obtivemos.

21. Leia o poema.

Ao desconcerto do Mundo

Os bons vi sempre passar
No Mundo graves tormentos;
E pera* mais me espantar,
Os maus vi sempre nadar
Em mar de contentamentos.
Cuidando alcançar assim
O bem tão mal ordenado,
Fui mau, mas fui castigado.
Assim que, só pera mim
Anda o Mundo concertado.

(Luís de Camões, *Obras Escolhidas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1954, 2.ª edição, vol. 1, pg. 136)

*pera – grafia da preposição para no séc. XVI.

Assinale a alternativa que reproduz de maneira mais completa o pensamento do autor.

- (A) No mundo, o autor vê que os bons sofrem enquanto os maus vivem bem.
- (B) Os bons gostam de sofrer.
- (C) Os maus são castigados pelos bons.
- (D) Só para o autor o mundo está em desarmonia.

22. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.

Ele casou-se em _____ sem providenciar o _____.

- (A) primeira núpcia ... pacto antenupcial
- (B) primeiras núpcias ... pacto antenupcial
- (C) primeiras núpcias ... pacto antinupcial
- (D) primeira núpcia ... pacto ante-nupcial

23. Complete as lacunas com as palavras corretas.

João e Maria _____ Dr. Pedro e Dr. Jorge como seus _____ procuradores.

- (A) constitui ... bastantes
- (B) constituíram ... bastante
- (C) constitui ... bastante
- (D) constituíram ... bastantes

24. Quanto ao emprego da crase, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Esta é a minha escola, à qual trago sempre na lembrança.
- (B) Vamos à biblioteca.
- (C) Fui a Londres, a Paris e à Bahia.
- (D) Aprendi a amar minha terra.

25. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.

João substabeleceu o _____, não confiava mais no advogado.

- (A) mandato ... por que
- (B) mandado ... porque
- (C) mandato ... porque
- (D) mandado ... por quê

26. Assinale a alternativa em que a regência verbal está correta.

- (A) Ele assiste à missa todos os domingos.
- (B) Os candidatos aspiram o emprego.
- (C) Ele visava a recuperação dos jogadores.
- (D) Estes são os livros que mais gosto.

27. Assinale a frase correta quanto à concordância verbal.

- (A) Fazem três anos que moro em São Paulo.
- (B) As estrelas pareciam sorrir.
- (C) Haverão sempre muitas pessoas procurando emprego.
- (D) Neste cartório, lavra-se escrituras.

28. Considerando o vocabulário técnico e próprio dos serviços notariais e de registro, especialmente o de protesto de títulos e documentos de dívida, são sinônimos:

- (A) *traslado* e *certidão*.
- (B) *apontamento* e *termo*.

- (C) termo e protocolização.
- (D) apontamento e protocolização.

29. Quanto ao emprego de vírgula, assinale a alternativa correta.
- (A) Lavrarei, a escritura, quer queiras quer não queiras.
 - (B) Tão claro como o dia é a norma do artigo 1.136, § 1.º do Código Civil.
 - (C) Fui escrevente, e notário, e registrador.
 - (D) Alienar, hipotecar, ou gravar de ônus real os bens imóveis, ou direitos reais sobre imóveis, alheios.

DIREITO CIVIL

30. Conforme o art. 170 do Código Civil, "se o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade". Isto é conhecido na doutrina como
- (A) aproveitamento material e substancial.
 - (B) princípio pelo qual não há nulidade sem prejuízo.
 - (C) conversão do negócio jurídico.
 - (D) princípio do aproveitamento.
31. A obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, é denominada responsabilidade civil
- (A) completa.
 - (B) subjetiva.
 - (C) objetivo-subjetiva.
 - (D) objetiva.
32. Aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas, é denominado pela lei como
- (A) possuidor direto.
 - (B) detentor.
 - (C) possuidor indireto.
 - (D) representante possessório.
33. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Tal regra é decorrente do princípio conhecido como
- (A) saisine.
 - (B) transmissibilidade imediata.
 - (C) sucebilidade incondicional.
 - (D) herança instantânea.
34. A solenidade de celebração do casamento, na sede do cartório, exige a presença de pelo menos duas testemunhas
- (A) que não sejam parentes dos contraentes, em qualquer grau.
 - (B) que não sejam parentes dos contraentes, até terceiro grau.
 - (C) que não sejam parentes dos contraentes, até quarto grau.
 - (D) parentes ou não dos contraentes.
35. Analise as seguintes assertivas.
- I. O mandato para alienar bem imóvel depende de poderes especiais e expressos.
 - II. Sempre que o mandato contiver cláusula de irrevogabilidade e o mandante o revogar, tal revogação será ineficaz.
 - III. O maior de dezesseis anos e o menor de dezoito anos não emancipado podem ser mandatários.
 - IV. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar.
- Está correto apenas o contido em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.
36. Na doação conjuntiva, é correto dizer que
- (A) se os donatários forem marido e mulher, somente subsistirá na totalidade a doação para o cônjuge sobrevivente, se esse direito de acrescer for expressamente estipulado no título de doação.
 - (B) se os donatários forem marido e mulher, subsistirá na totalidade a doação para o cônjuge sobrevivente, mesmo que não estipulado no título de doação tal direito de acrescer.
 - (C) não sendo os donatários marido e mulher, subsistirá na totalidade a doação para os donatários sobreviventes, mesmo que não estipulado o direito de acrescer.
 - (D) entende-se distribuída por igual entre os donatários, desde que expressamente estipulada tal proporcionalidade no título de doação.
37. Ao receber a solicitação para lavrar uma escritura pública de doação, havendo herdeiros necessários do doador e não sendo os donatários tais herdeiros necessários, o notário deverá
- (A) lavrar referida escritura pública de doação, mesmo que da totalidade dos bens do doador e sem reserva de usufruto, atentando-se apenas se o doador possui renda suficiente para sua subsistência.
 - (B) lavrar referida escritura pública de doação da maneira como o doador quiser dispor de seus bens, por ser o doador maior, capaz e legítimo proprietário dos bens a serem doados.
 - (C) orientar o doador no sentido de que a doação a ser efetuada não poderá ultrapassar a meação disponível de seus bens, resguardando a legítima dos herdeiros necessários, conforme art. 549 do Código Civil Brasileiro.
 - (D) recusar-se a lavrar a escritura pública de doação, haja vista que havendo herdeiros necessários do doador, este não poderá doar bens para donatários que não sejam tais herdeiros necessários.
38. São impedimentos para o matrimônio, não podendo casar,

- (A) o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela e não estiverem saldadas as respectivas contas.
 - (B) o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.
 - (C) os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
 - (D) a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.
39. Analise as afirmações seguintes.
- I. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.
 - II. O direito de representação dá-se na linha reta ascendente, mas nunca na ascendente.
 - III. O renunciante à herança de uma pessoa poderá representá-la na sucessão da outra.
 - IV. Somente podem testar os maiores de 18 anos.
- Estão corretos apenas os itens
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.
40. Na hipoteca convencional,
- (A) considera-se insolvente o devedor por faltar ao pagamento das obrigações garantidas por hipotecas posteriores à primeira.
 - (B) é lícito às partes, no exercício da liberdade de contratar, estipular a proibição de alienação do imóvel hipotecado.
 - (C) é defeso às partes convencionar que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.
 - (D) é nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar o imóvel hipotecado.
41. Quanto ao usufruto
- (A) constituído vitaliciamente em favor de duas ou mais pessoas, reverterá em favor dos sobreviventes, acrescentando aos quinhões destes a parte do falecido, salvo se, por estipulação expressa, extinguir-se em relação a cada uma das que falecerem.
 - (B) constituído vitaliciamente em favor de duas ou mais pessoas, extinguir-se-á a parte em relação a cada uma das que falecerem, salvo se, por estipulação expressa, o quinhão desses couber ao sobrevivente.
 - (C) não se pode transferir por alienação, nem o seu exercício pode ceder-se a título gratuito ou oneroso.
 - (D) não poderá ser instituído com termo (ou prazo) de duração.

REGISTROS PÚBLICOS

42. A competência notarial para lavrar escritura pública de separação consensual requer que o casal que esteja se separando
- (A) resida na circunscrição territorial da competência do tabelião de notas.
 - (B) não tenha filhos menores ou incapazes.
 - (C) não tenha filhos menores, nem tampouco exista testamento válido de algum dos cônjuges, no momento da lavratura do ato notarial da separação consensual.
 - (D) não tenha bens a partilhar.
43. Efetivada, no ano de 2009, adoção de pessoa maior, o ato a ser escriturado pelo registrador civil das pessoas naturais será
- (A) averbação de escritura pública de adoção simples, efetuada à margem do assento de nascimento do adotado.
 - (B) cancelamento do assento de nascimento originário do adotado e efetivação de novo registro de nascimento, em cumprimento a mandado judicial respectivo.
 - (C) averbação da sentença judicial concessiva da adoção, efetuada à margem do assento de nascimento do adotado em cumprimento a mandado judicial respectivo.
 - (D) cancelamento do assento de nascimento originário do adotado e efetivação de novo registro de nascimento, em cumprimento à escritura pública de adoção simples.
44. Um homem e uma mulher, ambos solteiros e com mais de 60 anos de idade, sem filhos em comum, com uma comunhão de vida sem interrupções, iniciada em 26 de março de 1966, pretende convolar núpcias. É correto afirmar que o regime de bens do matrimônio
- (A) deverá ser necessariamente o da comunhão de bens, para garantir a comunicação dos bens adquiridos individualmente durante o período em que mantiveram uma comunhão de vida.
 - (B) deverá ser o da separação legal de bens ou da separação convencional de bens, haja vista a idade dos nubentes.
 - (C) deverá ser o da separação legal de bens, haja vista a idade dos nubentes.
 - (D) poderá ser livremente convencionado, haja vista expressa disposição legal exceptiva.
45. O registro tardio de nascimento de pessoa com mais de 12 anos de idade
- (A) poderá ser feito diretamente na serventia de registro civil das pessoas naturais, sem necessidade de intervenção judicial, desde que o oficial tenha segurança jurídica para a prática do ato e com a observância das disposições normativas regulamentadoras da questão.
 - (B) deverá ser iniciado por procedimento administrativo na própria serventia de registro civil das pessoas naturais, porém, o registro necessariamente dependerá de final autorização do juízo correedor, haja vista a idade do registrando.
 - (C) dependerá necessariamente de determinação judicial, após regular procedimento jurisdicional.
 - (D) deverá ser feito, de pronto, na própria serventia de registro civil das pessoas naturais, não mais havendo possibilidade de análise da questão pelo juízo correedor, haja vista a atual legislação em vigor.
46. A emancipação legal
- (A) necessita, para produzir efeito, de seu registro no Livro E do oficial de registro civil das pessoas naturais do 1.º subdistrito competente.
 - (B) necessita, para produzir efeito, de sua anotação à margem do assento de nascimento do emancipado.
 - (C) necessita, para produzir efeito, de sua averbação à margem do assento de nascimento do emancipado.

- (D) independe de assentamento específico no registro público, produzindo efeito desde logo, a partir do ato ou do fato que a justifique.
47. Sítio oficial do Tribunal de Justiça de São Paulo na Internet que fixa um sistema eletrônico de comunicação, arquivamento e pesquisa integrada de dados, entre as unidades extrajudiciais paulistas e o respectivo órgão correccional central, e agrega, além de serviços de repasse de informações, outros de interesse geral no âmbito notarial e de registros públicos, como os de publicações de provimentos, portarias, comunicados, decisões e ementários de pareceres da Corregedoria Geral da Justiça, bem como de acórdãos do Conselho Superior da Magistratura referentes às dúvidas registrárias:
- (A) Portal dos Serviços Notariais e de Registros, que é de acesso diário obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
(B) Portal do Extrajudicial, que é de acesso semanal obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
(C) Portal do Extrajudicial, que é de acesso diário obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
(D) Portal dos Serviços Notariais e de Registros, que é de acesso semanal obrigatório por parte dos responsáveis das respectivas unidades.
48. Júlio, casado sob o regime de separação de bens com Maria, pretende doar, a seu primogênito Júnior, imóvel particular seu. O tabelião deverá
- (A) exigir a autorização de Maria e a anuência dos irmãos de Júnior.
(B) dispensar a autorização de Maria e a anuência dos irmãos de Júnior.
(C) exigir a autorização de Maria e dispensar a anuência dos irmãos.
(D) dispensar a autorização de Maria e exigir a anuência dos irmãos de Júnior.
49. A aquisição de imóvel rural no Brasil, com área maior que três módulos, por pessoa física estrangeira, depende de autorização do poder público. Quando a Lei estabelece o padrão-módulo, refere-se a módulo
- (A) de exploração indefinida.
(B) Fiscal.
(C) Rural.
(D) de fração mínima de parcelamento.
50. Em caso de escritura de alienação de terrenos urbanos contíguos, descritos em matrículas individualizadas e inscritos pela prefeitura municipal sob um único lançamento, a cobrança dos emolumentos será feita pelo tabelião
- (A) como um único ato e pelo registrador de imóveis como dois atos.
(B) e pelo registrador de imóveis como um único ato.
(C) e pelo registrador de imóveis como dois atos.
(D) como dois atos e pelo registrador de imóveis como um único ato.
51. Dentre os requisitos da escritura pública de venda e compra a seguir, quais são os essenciais?
- (A) Local, qualificação das partes, identificação do objeto, preço e forma de pagamento.
(B) Data, qualificação das partes, identificação do objeto e preço.
(C) Data, local, qualificação das partes, identificação do objeto e quitação.
(D) Data, local, qualificação das partes, preço e transmissão da posse.
52. Com relação ao testamento público, assinale a alternativa correta.
- (A) Ao cego só se permite o testamento cerrado.
(B) Ao estrangeiro que não compreende o vernáculo só se admite o testamento com tradutor público juramentado.
(C) O legatário pode figurar como testemunha.
(D) Pode ser feito por menor púbere.
53. Efetuada averbação de alteração do nome de um dos cônjuges no respectivo assento de casamento, deverá o oficial
- (A) comunicá-la ao registro de nascimento do outro cônjuge, para a devida anotação.
(B) abster-se de efetuar qualquer comunicação sobre tal averbação concretizada, por ausência de previsão normativa para tal.
(C) comunicá-la ao registro de nascimento daquele cônjuge que teve seu nome alterado, para simples anotação em seu respectivo assento de nascimento.
(D) comunicar às serventias onde foram registrados os filhos, para que se anote à margem dos assentos de nascimentos desses filhos a alteração do nome do genitor.
54. Francisca nomeia sua neta Sabrina, de 16 anos de idade, como sua mandatária, com plenos e gerais poderes. Pode-se afirmar que
- (A) a procuração somente poderá ser utilizada por Sabrina depois que ela completar 18 anos.
(B) a procuração é nula porque Sabrina é relativamente capaz.
(C) a procuração é válida, porém Francisca não tem como pedir prestação de contas.
(D) os atos praticados por Sabrina que exigem capacidade plena como, por exemplo, venda de imóveis, são anuláveis.
55. Assinale a alternativa correta.
- (A) O tabelião não poderá fornecer certidão de ato notarial incompleto, por falta de assinatura, sem autorização expressa do Juiz Corregedor Permanente.
(B) O tabelião deverá fornecer a certidão de seus atos notariais somente em papel de segurança específico, porém, se esse tipo de papel estiver em falta no cartório, poderá fazê-lo em papel comum, desde que timbrado do próprio cartório.
(C) O tabelião poderá cobrar emolumentos de certidão de escritura requerida por autarquia do Estado de São Paulo.
(D) Se a certidão fornecida pelo tabelião for em forma reprográfica, fica dispensado o uso de papel de segurança.
56. Assinale a alternativa correta.
- (A) Não pode haver requisição de força policial para os trabalhos correccionais, salvo necessidade de prisão em flagrante, em correição extraordinária.
(B) Juiz Corregedor Permanente e Corregedor Geral da Justiça exercem funções atípicas atribuídas ao Poder Judiciário.
(C) É vedada a extração de cópias e certidões do livro de visitas e correições.
(D) Toda visita correccional depende de publicação de edital.

57. O inciso XIII do art. 30 da Lei n.º 8.935/94 dispõe, dentre os deveres dos notários e oficiais de registro, o de “encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados...”. Assim,
- (A) diante de qualificação positiva, deve ser encaminhado ao juízo competente o resíduo das dúvidas ainda pendentes dos interessados.
 - (B) se o notário ou oficial de registro estiver em dúvida sobre a prática do ato notarial ou de registro, deve formular consulta ao seu juiz corregedor.
 - (C) se os interessados não estiverem certos sobre a prática de ato notarial, o notário não o pode lavrar e deve encaminhar ao juízo a dúvida deles.
 - (D) diante de qualificação negativa, os interessados têm direito à requalificação em juízo, que não se pode obstar.
58. Quanto às despesas do livro diário da receita e da despesa, assinale a alternativa errada.
- (A) Devem ser relacionadas com a unidade do serviço delegado, vedado o lançamento de despesa pessoal do delegado.
 - (B) Seus comprovantes devem ser arquivados em pasta própria.
 - (C) Devem ser lançadas nesse livro no dia em que se efetivam.
 - (D) Devem ser lançadas como despesas impróprias as devoluções de depósitos prévios escriturados nesse livro, de atos que não forem praticados.
59. A necessidade de prévia averbação de edificação noticiada na escritura de compra e venda, não constante na matrícula do imóvel, para posterior registro do título, é indispensável, em observância ao princípio de
- (A) especialidade objetiva.
 - (B) inscrição.
 - (C) continuidade.
 - (D) legitimação registral.
60. Quando se diz que é próprio da função dos notários não só a narração documental (*dictum*) com fé pública (*auctoritas + fides*), mas também a adequada qualificação jurídica do fato (*actum*) que há de ser escriturado, estão sendo ressaltadas, respectivamente, as seguintes funções dos notários:
- (A) instrumentadora, conciliadora e jurisdicional.
 - (B) interventora, representativa estatal e de aconselhamento.
 - (C) formalizadora, certificadora e de administração de interesses públicos.
 - (D) redatora, autenticadora e de assessoramento.
61. “... provém de dispositivos das Ordenações...” e “é lançado pelo tabelião em papéis e atos avulsos (como certidões e reconhecimentos de firma); não cabe, segundo a boa técnica, nos seus livros de notas, pois isso, segundo deixa entrever Rocha de Siqueira, aberraria da própria finalidade autenticatória da rubrica” (Sylvio do Amaral). A referência do texto é feita
- (A) à certificação digital de tabelião.
 - (B) ao sinal público de tabelião.
 - (C) à pública-forma.
 - (D) ao selo de autenticidade.
62. São, respectivamente, registros de eficácia declarativa (I) e de eficácia constitutiva (II):
- (A) registro de óbito (I) e registro de casamento (II).
 - (B) registro de nascimento (I) e registro de óbito por morte presumida (II).
 - (C) registro de interdição (I) e registro de emancipação voluntária (II).
 - (D) registro de casamento (I) e registro de sentença de ausência (II).
63. Quanto às escrituras públicas de separação e divórcio consensuais, em que o separando ou divorciando for representado por mandatário, e às respectivas procurações, assinale a alternativa errada.
- (A) Essas escrituras públicas de separação e divórcio não podem conter cláusula de renúncia nem de ajuste de obrigação alimentar (essa matéria deve ser objeto de solução judicial).
 - (B) O prazo de validade dessas procurações é de 30 (trinta) dias, mas se forem lavradas no exterior podem ter prazo de validade de até 90 (noventa) dias.
 - (C) O mandatário deve ser constituído em instrumento público.
 - (D) Poderes especiais não se confundem com descrição de cláusulas essenciais do ato a ser praticado, e essas procurações devem expressar ambos.
64. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) A sentença que julga procedente dúvida inversa mantém a recusa de registro do título.
 - (B) É apelável a sentença proferida em dúvida de registro e, no Estado de São Paulo, a Egrégia Corregedoria Geral de Justiça é competente para o julgamento do recurso.
 - (C) A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.
 - (D) O procedimento de dúvida deve ser sempre instruído com o título original.
65. A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, em processo judicial,
- (A) não dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos para a prática de atos dos serviços notariais e de registro, mesmo que na determinação judicial conste essa circunstância.
 - (B) não dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos para a prática de atos dos serviços notariais e de registro por não abranger atos extraprocessuais.
 - (C) dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos para a prática de atos dos serviços notariais e de registro, incluindo a parcela devida aos tabeliães e registradores.
 - (D) dispensa a parte favorecida do pagamento dos emolumentos cabíveis ao Estado para a prática de atos dos serviços notariais e de registro, não incluindo a parcela devida aos tabeliães e registradores.
66. Em relação às sentenças de interdição, considere as assertivas:
- I. são registradas no registro civil do 1.º subdistrito da sede da comarca, no Livro E ou seu desmembramento;
 - II. produzem efeitos desde logo, devendo o curador assinar o respectivo termo antes de seu registro;
 - III. são anotadas de ofício ou mediante comunicação nos assentos de nascimento e casamento do interdito.

São verdadeiras apenas as afirmações

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I.

DIREITO CONSTITUCIONAL

67. Nossa Constituição Federal é tida pela doutrina como rígida em razão de
- (A) não admitir emendas constitucionais, mormente se estas violarem cláusulas pétreas.
 - (B) poder ser modificada após certo tempo, se houver um plebiscito assim determinando.
 - (C) admitir alteração desde que esta só ocorra após determinado período da promulgação.
 - (D) ser modificada mediante maior solenidade do que exigido para as demais normas.
68. Quanto à sua extensão, nossa Constituição Federal é definida pela doutrina como
- (A) sintética.
 - (B) analítica.
 - (C) concisa.
 - (D) flexível.
69. O poder constituinte atribuído aos Estados-membros para se auto-organizarem é denominado
- (A) decorrente.
 - (B) originário.
 - (C) originário-derivado.
 - (D) originário-federativo.
70. Nossa Lei Maior elenca textualmente, como sendo princípios fundamentais da República brasileira,
- (A) o respeito à privacidade, à intimidade e à inviolabilidade da pessoa humana.
 - (B) a unidade, a autonomia e a indissolubilidade dos nossos partidos políticos.
 - (C) o respeito aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - (D) a possibilidade da criação de novos municípios, mediante plebiscito democrático.
71. A Constituição da República prevê a concessão de *habeas data* para que o impetrante possa
- (A) obter a liberação de documentos injustamente apreendidos por autoridade pública.
 - (B) conhecer ou retificar suas informações pessoais em bancos de dados públicos.
 - (C) assegurar o direito de ir e vir, próprio ou alheio, por determinado período de tempo.
 - (D) exigir que seja designado prazo razoável para que direito seu seja de fato respeitado.
72. Dentre os direitos sociais, nossa Carta Magna elenca o direito dos trabalhadores urbanos ou rurais à
- (A) remuneração do serviço extraordinário pelo menos 50% maior que a do normal.
 - (B) irredutibilidade do salário após um ano de trabalho ininterrupto e efetivo no cargo.
 - (C) remuneração isonômica entre o trabalhador diurno e o noturno.
 - (D) jornada de trabalho normal não superior a 10 horas diárias e 48 semanais.
73. São considerados brasileiros natos, pela Constituição Federal,
- (A) os que optaram pela nossa nacionalidade e aqui residiram por um ano ininterrupto.
 - (B) os aqui nascidos, ainda que de pais estrangeiros a serviço do seu país de origem.
 - (C) os nascidos no estrangeiro, de pais brasileiros.
 - (D) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros que estejam a serviço do Brasil.
74. Compete aos municípios, nos dizeres da Constituição Republicana em vigor,
- (A) propor reformas para o aprimoramento da legislação estadual e do DF.
 - (B) legislar sobre questões versando acerca de assuntos de interesse regional.
 - (C) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
 - (D) instituir e arrecadar tributos sem necessidade de publicar balancetes.
75. É integrante do Poder Judiciário o
- (A) Tribunal de Contas.
 - (B) Juiz Militar.
 - (C) Juiz de Paz.
 - (D) Ministro da Justiça.
76. A ordem econômica nacional, conforme expresso preceito constitucional, deve observar, dentre outros, os princípios de
- (A) tratamento favorecido para as empresas, propriedade plena e redução do desemprego.
 - (B) soberania nacional, propriedade pública, propriedade privada e propriedade social.
 - (C) função social da propriedade, redução de desigualdades trabalhistas e pleno emprego.
 - (D) livre concorrência, defesa do consumidor e defesa do meio ambiente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

77. Leia atentamente os seguintes enunciados.
- I. *Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.*
 - II. *Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.*
 - III. *Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.*
- Nesses enunciados, estão expressos, respectivamente, os seguintes princípios da Administração Pública:
- (A) proporcionalidade (I), impessoalidade (II) e moralidade (III).
 - (B) razoabilidade (I), moralidade (II) e proporcionalidade (III).
 - (C) finalidade (I), supremacia do interesse público (II) e razoabilidade (III).

- (D) razoabilidade (I), finalidade (II) e impessoalidade (III).
78. Em processo administrativo,
- (A) é vedada a impulsão de ofício, respeitando-se o princípio de instância.
 - (B) é legítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo, em razão do princípio de presunção de legalidade.
 - (C) é assegurado o princípio de reserva legal na prescrição de sanções, não na previsão de infrações nem na criação de condicionamentos aos direitos dos particulares.
 - (D) é necessária a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinam a decisão, em respeito ao princípio de motivação.
79. Leia as seguintes afirmações.
- I. É do Corregedor Geral da Justiça a atribuição para julgar recursos em processos de dúvidas registrárias referentes a dissenso sobre a prática de ato de registro em sentido estrito.
 - II. É do Conselho Superior de Justiça a atribuição para julgar recursos em processos disciplinares referentes a notários e registradores.
 - III. É da Câmara Especial do Tribunal de Justiça a atribuição para julgar recursos em processos de dúvidas registrárias referentes a dissenso sobre a prática de ato de averbação.
 - IV. No Poder Judiciário, em rigor, não há processo administrativo, mas apenas processo jurisdicional.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) Apenas uma afirmação é verdadeira.
 - (B) Todas as afirmações são falsas.
 - (C) Apenas duas afirmações são verdadeiras.
 - (D) Apenas três afirmações são verdadeiras.
80. Leia as seguintes afirmações.
- I. Revogação de ato administrativo é para casos de sua extinção por conveniência; anulação, para casos de sua extinção por oportunidade; nulidade, para casos de sua extinção por ilegalidade.
 - II. O cumprimento da penalidade imposta ao administrado (multa por infração de trânsito) não convalida, por si só, a eventual nulidade do procedimento administrativo do qual resultou a sua aplicação.
 - III. É juridicamente impossível a expropriação de bens próprios. Verificando, então, que a desapropriação, em caso de enfeiteuse, não poderia ter incidido sobre o domínio pleno, mas apenas sobre o domínio útil, é possível a expropriante pleitear, em “repetição de indébito”, o que indevidamente pagou pelo domínio direto.
- Está correto o contido em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
81. *A infringência à legalidade por um ato administrativo, sob o ponto de vista abstrato, sempre será prejudicial ao interesse público; por outro lado, quando analisada em face das circunstâncias do caso concreto, nem sempre sua anulação será a melhor solução. Em face da dinâmica das relações jurídicas sociais, haverá casos em que o próprio interesse da coletividade será melhor atendido com a subsistência do ato nascido de forma irregular.* (STJ, RMS 25.652/PB, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, j. 16.09.2008, DJe 13.10.2008).
- Dessa leitura, é possível afirmar a orientação do julgado, apontando para
- (A) a convalidação dos efeitos de atos ilegais, em situações reversíveis, pelo princípio da autotutela.
 - (B) o poder-dever absoluto da Administração de recomposição da ordem jurídica violada, pelo princípio da efetividade.
 - (C) a prevalência do princípio da segurança jurídica na ponderação dos valores em questão (legalidade vs segurança).
 - (D) o controle temperado da legalidade do ato administrativo, pelo princípio da desafetação razoável.
82. A presença de advogado é obrigatória
- (A) em todas as fases do processo administrativo disciplinar e apenas para recorrer em processo de dúvida registrária.
 - (B) em todas as fases do processo administrativo disciplinar e do processo de dúvida registrária.
 - (C) em todas as fases do processo de dúvida registrária e apenas para recorrer em processo administrativo disciplinar.
 - (D) apenas para recorrer em processo administrativo disciplinar e em processo de dúvida registrária.
83. Assinale a alternativa correta.
- (A) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e seus efeitos são *ex tunc*.
 - (B) Revogação é o ato administrativo vinculado pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e podem ser objeto de revogação, inclusive, os atos que já exauriram os seus efeitos.
 - (C) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e podem ser objeto de revogação, inclusive, os atos vinculados.
 - (D) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e seus efeitos são *ex nunc*.
84. Atualmente, no direito brasileiro, podem ser indicadas as seguintes modalidades de restrição do Estado sobre a propriedade privada:
- (A) a servidão de trânsito, a anticrese, a enfeiteuse, as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição administrativa, a desapropriação e o parcelamento e edificação compulsórios.
 - (B) as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação, o usufruto e a enfeiteuse.
 - (C) o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação, o usufruto, a enfeiteuse, as limitações administrativas e a requisição.
 - (D) as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição administrativa, a servidão administrativa, a desapropriação e o parcelamento e edificação compulsórios.

85. Descartada, pela Administração, por razões de conveniência, a aplicação do princípio da autoexecutoriedade, em se tratando de esbulho à posse de bem público de uso comum, praticado por particular há mais de ano e dia, portanto de força velha espoliativa,
- (A) não cabe mais, à Fazenda Pública, socorro ao interdito possessório típico, devendo a ação correr pelo rito ordinário.
 - (B) é cabível o interdito possessório típico, vedada, porém, a concessão de medida liminar de reintegração, por se tratar de posse velha.
 - (C) cabe o interdito possessório típico, inclusive com a concessão da medida liminar possessória correspondente, pois a força velha da posse, no caso, não surte efeitos contra a Fazenda Pública.
 - (D) o procedimento a ser observado, para a retomada, há de ser, necessariamente, o comum, preservada a possibilidade da antecipação de tutela pelo Juiz.
86. É correto afirmar que
- (A) por ser forma originária da aquisição da propriedade, a Constituição Federal não prevê casos de desapropriação com caráter sancionatório.
 - (B) os bens desapropriados, como regra, devem passar a integrar o patrimônio das pessoas jurídicas políticas que fizeram a desapropriação ou das pessoas públicas ou privadas que desempenhem serviços públicos por delegação do Poder Público, mas podem também, em certos casos, ter a destinação específica de ser transferidos a terceiros.
 - (C) os bens desapropriados, necessariamente, devem passar a integrar o patrimônio das pessoas jurídicas políticas que fizeram a desapropriação ou das pessoas públicas ou privadas que desempenhem serviços públicos por delegação do Poder Público e não podem, jamais, ter o destino da sua transferência a terceiros.
 - (D) a desapropriação com caráter sancionatório só é possível quando incidente sobre terras onde se cultivem plantas psicotrópicas.

DIREITO PENAL

87. Dentre os crimes contra o casamento previstos no Código Penal, não mais se encontra tipificada a conduta consistente em
- (A) adultério.
 - (B) conhecimento prévio de impedimento.
 - (C) induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.
 - (D) simulação de autoridade para celebração de casamento.
88. *Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio* é a descrição do Código Penal para o crime de
- (A) peculato.
 - (B) apropriação indébita de verbas ou rendas públicas.
 - (C) concussão.
 - (D) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
89. Considerando os princípios que regem a aplicação da lei penal, analise as afirmativas.
- I. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia imposição legal.
 - II. A lei penal não pode retroagir para prejudicar o réu.
 - III. É vedado o uso de qualquer tipo de analogia para interpretação das leis penais.
 - IV. Ninguém pode ser punido duas vezes pelo mesmo fato.
- São corretas apenas as afirmativas
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e IV.
90. Em relação à conduta do notário que lavra uma escritura de compra e venda em que o alienante é idoso sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal, tem-se que
- (A) caracteriza o delito de falsidade ideológica.
 - (B) configura apenas ilícito administrativo.
 - (C) constitui crime próprio previsto no Estatuto do Idoso.
 - (D) se enquadra no delito de prevaricação.
91. Considerando o conceito de funcionário público para fins penais, indique a alternativa incorreta.
- (A) Funcionário público é apenas aquele que exerce cargo público, criado por lei, com atribuição própria e remunerado pelos cofres públicos.
 - (B) Funcionário público é aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
 - (C) É funcionário público aquele que exerce cargo, emprego ou função pública em entidade paraestatal.
 - (D) É funcionário público aquele que trabalha para empresa prestadora de serviço ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
92. A conduta do funcionário público que exige tributo que sabe ou deveria saber indevido configura o delito de
- (A) excesso de exação.
 - (B) concussão.
 - (C) corrupção passiva.
 - (D) prevaricação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

93. No que concerne à legitimidade para a propositura de ação penal nos crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função, tem-se que
- (A) é concorrente entre o ofendido, mediante queixa, e o Ministério Público, condicionada à representação do ofendido.
 - (B) é exclusiva do Ministério Público, mediante ação penal pública incondicionada.
 - (C) é apenas privativa do ofendido, mediante queixa.

(D) é apenas privativa do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido.

94. A carta testemunhável é
- (A) um recurso previsto no CPP.
 - (B) uma precatória para a inquirição de testemunhas.
 - (C) um procedimento judicial, solicitando a inquirição de testemunhas por via postal.
 - (D) um documento expedido por via postal, trazendo o relato de testemunhas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

95. Após a morte de João dos Santos, sua família está diligenciando a venda de um imóvel pertencente ao espólio do *de cuius*, e então percebe que há necessidade de fazer previamente uma retificação judicial da área do referido bem. Para que isso seja feito, quem terá legitimidade para representar o espólio em juízo será
- (A) a viúva-meeira.
 - (B) o curador nomeado.
 - (C) o inventariante.
 - (D) o primogênito do *de cuius*.
96. Os atos de um processo judicial podem ser armazenados e assinados por meio eletrônico?
- (A) Sim, uma vez que a lei é omissa e, assim, não veda tal conduta.
 - (B) Sim, nos termos da lei.
 - (C) Não, por falta de previsão legal, a ferir o princípio do devido processo legal.
 - (D) Não, até que haja autorização expressa e específica do Conselho Nacional de Justiça.
97. O interesse de agir é uma das condições da ação. Ele se subdivide no binômio:
- (A) necessidade do provimento jurisdicional objetivado e adequação da via processual eleita.
 - (B) necessidade do provimento jurisdicional objetivado e valor econômico relevante.
 - (C) interesse de conteúdo econômico evidenciado e recolhimento das custas devidas.
 - (D) pretensão resistida e diferimento de custas.
98. Conforme o previsto no art. 257 do Código de Processo Civil, se no prazo de trinta dias contados da distribuição do feito não forem recolhidas as custas de preparo, e não sendo hipótese de concessão de justiça gratuita ou diferimento do recolhimento das custas, o juiz
- (A) extinguirá o processo, por impossibilidade jurídica do pedido.
 - (B) proferirá sentença de improcedência da ação.
 - (C) mandará citar o réu, dando prosseguimento do feito.
 - (D) determinará que seja cancelada a distribuição do feito.
99. O CPC admite, dando-lhes a mesma força probatória de documento original, as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial, desde que declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, bastando que, para tanto,
- (A) não lhes seja impugnada a autenticidade.
 - (B) haja posterior ratificação pelo escrivão do juízo, à vista das vias originais.
 - (C) um tabelião emita documento que corrobore serem elas autênticas e fidedignas.
 - (D) o documento original seja também trazido aos autos antes da sentença.
100. O agravo de instrumento, interposto em razão de decisão do juízo de primeiro grau que apreciou pedido de tutela antecipada, será interposto perante o
- (A) juízo prolator da decisão atacada pelo recurso.
 - (B) tribunal competente para sua apreciação.
 - (C) juízo prolator da decisão atacada ou o tribunal, a critério da parte agravante.
 - (D) juízo prolator da decisão atacada ou o tribunal, conforme haja ou não urgência.

GABARITO – VERSÃO 04

1 - D	2 - A	3 - A	4 - C	5 - D	6 - A	7 - C	8 - A	9 - C	10 - D
11 - A	12 - A	13 - C	14 - A	15 - D	16 - A	17 - C	18 - B	19 - B	20 - D
21 - A	22 - B	23 - D	24 - A	25 - C	26 - A	27 - B	28 - D	29 - C	30 - C
31 - D	32 - B	33 - A	34 - D	35 - C	36 - B	37 - C	38 - C	39 - A	40 - D
41 - B	42 - B	43 - C	44 - D	45 - A	46 - D	47 - C	48 - B	49 - A	50 - A
51 - B	52 - D	53 - A	54 - C	55 - A	56 - B	57 - D	58 - D	59 - A	60 - D
61 - B	62 - C	63 - A	64 - B	65 - C	66 - A	67 - D	68 - B	69 - A	70 - C
71 - B	72 - A	73 - D	74 - C	75 - B	76 - D	77 - A	78 - D	79 - B	80 - C
81 - C	82 - A	83 - D	84 - D	85 - C	86 - B	87 - A	88 - A	89 - D	90 - C
91 - A	92 - A	93 - A	94 - A	95 - C	96 - B	97 - A	98 - D	99 - A	100 - B

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital. São Paulo, 31 de agosto de 2009.

(a) JOSÉ RENATO NALINI - Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

6º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA A OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Delegações de Registro Civil das Pessoas Naturais

EDITAL Nº 05/2009 – IMPUGNAÇÕES ÀS QUESTÕES DA PROVA DE SELEÇÃO

O Presidente da Comissão Examinadora do 6º Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo — Delegações de Registro Civil das Pessoas Naturais, Desembargador JOSÉ RENATO NALINI, **FAZ SABER** que os Membros da Banca apreciaram todos os pedidos de impugnação de questões da prova de seleção do referido certame, deliberando a respeito, sendo proferidas as seguintes decisões: nos PROC. Nº 2009/98076 – FERNANDA ELIZABETH DE MORAES, PROC. Nº 2009/97965 – MARCUS GIANNI, PROC. Nº 2009/98248 – PEDRO DE ANDRADE, PROC. 2009/97964 – MARCUS GIANNI, PROC. Nº 2009/99183 – CARLOS JOSÉ FORTE MIZOBATA – PROC. Nº 2009/97809 – LEANDRO AUGUSTO PEIXOTO DO AMARAL, PROC. Nº 2009/99151 – ILANA KABACZNIK LUONGO, PROC. Nº 2009/98711 – ANTONIO SEABRA DA CRUZ NETTO, PROC. Nº 2009/98306 – ANTONIO SEABRA DA CRUZ NETTO – PROC. Nº 2009/98107 – DORIVAL OLIVEIRA DA SILVA, PROC. Nº 2009/99154 – ILANA KABACZNIK LUONGO, PROC. Nº 2009/99157 – ILANA KABACZNIK LUONGO, PROC. Nº 2009/98102 – EVANDRO STUDART SOARES DE QUEIROZ, PROC. Nº 2009/98245 – MÁRCIO RODRIGUES GAMA, PROC. Nº 2009/98465 – DANIEL SALVADOR, PROC. Nº 2009/98466 – KÁTIA BRAIMIS FIORAVANTI, PROC. Nº 2009/99190 – JOSÉ NUNES DA MOTA, PROC. Nº 2009/98103 – MARCOS IRIGON DE IRIGON, PROC. Nº 2009/98249 – ROBERTO PIERALISI FAVORETO, PROC. Nº 2009/98250 – ROBERTO PIERALISI FAVORETO, PROC. Nº 2009/98104 – JOSÉ CARLOS MUNIZ MACHADO, PROC. Nº 2009/98464 – ROBERTO PIERALISI FAVORETO, PROC. Nº 2009/98247 – MÁRCIO RODRIGUES GAMA, PROC. Nº 2009/98556 – GUSTAVO SANTIAGO MARCONDES DE MENEZES SOARES, PROC. Nº 2009/99171 – DENISE CRISTINA DA SILVA, PROC. Nº 2009/99161 – DENISE CRISTINA DA SILVA - **DECISÃO:** 1º) Indeferida a impugnação apresentada, por falta de embasamento jurídico, conforme deliberação da Comissão de Concurso, constante da Ata nº 08/2009, datada de 14/09/2009; 2º) Publique-se e archive-se. São Paulo, 14/09/2009, (a) JOSÉ RENATO NALINI - Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso; no PROC. Nº 2009/98467 – SINDICATO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINOREG E OUTROS - **DECISÃO:** O Edital de concurso foi elaborado consoantes a normatividade regente. Seu efeito vinculante deflui de estrito ajuste à lei, a Provimento editado pelo Conselho Superior da Magistratura e a Regimento de Concurso disciplinado pela Presidência do Tribunal de Justiça, em conjunto com a Corregedoria Geral de Justiça. O conteúdo das disciplinas foi nele explicitado e tem efeito vinculante. A elaboração da prova seletiva guardou pertinência com as matérias enunciadas e uma impugnação genérica, a refletir mero inconformismo com a sistemática vigente, ressalvado o intuito de contribuir para o seu aprimoramento, não pode obstaculizar o certame em curso regular. Inocorre qualquer vulneração ao princípio da isonomia, assegurada identidade de tratamento a todos os candidatos, o que é da índole democrática dos concursos públicos. A Comissão do 6º Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo – Delegações de Registro Civil das Pessoas Naturais, não é a instância competente para a reformulação pretendida pelo Sindicato dos Notário e Registradores do Estado de São Paulo – SINOREG e outros. Indefiro, portanto, a impugnação. Publique-se e archive-se. São Paulo, 14 de setembro de 2009, (a) JOSÉ RENATO NALINI – Desembargador Presidente do 6º Concurso; no PROC. Nº 2009/98106 – ÁLVARO LUIS GRADIM BASTAZINI - **DECISÃO:** 1) Quanto ao erro de preenchimento de folha de respostas, prejudicada a impugnação, porque não se cuida de matéria própria de impugnação de questão da prova aplicada, observando-se que há necessidade de tratamento uniforme dos candidatos, quanto ao modo correto do preenchimento das folhas de respostas, o que foi observado; 2) No mais, indeferida a impugnação apresentada quanto às outras questões, por falta de embasamento jurídico, conforme deliberação da Comissão de Concurso, constante da Ata nº 08/2009, datada de 14/09/2009; 3) Publique-se e archive-se. São Paulo, 14/09/2009, (a) JOSÉ RENATO NALINI – Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso; no PROC. Nº 2009/99453 – MICHELE DE OLIVEIRA SILVA – **DECISÃO:** Não se conhece da impugnação, que é dada por prejudicada, por ser intempestiva, uma vez que protocolizada em 10/09/2009, quando o prazo esgotou-se em 09/09/2009. Publique-se e archive-se. São Paulo, 14/09/2009, (a) JOSÉ RENATO NALINI – Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso; nos PROC. Nº 2009/97385 – LEANDRO AUGUSTO PEIXOTO DO AMARAL, PROC. Nº 2009/97790 – MARIA RITA MONTEIRO DE BARROS - **DECISÃO:** 1º) Conforme deliberação da Comissão de Concurso, constante da Ata nº 08/2009, datada de 14/09/2009, foi DEFERIDA a impugnação à questão nº 41 da Versão 1, a qual será ANULADA. 2) Publique-se e archive-se. São Paulo, 14/09/2009, (a) JOSÉ RENATO NALINI – Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso; nos PROC. Nº 2009/98075 – PRISCILA ALVES PATAH, PROC. Nº 2009/98469 – FLAVIANA MARQUES DE OLIVEIRA - **DECISÃO:** 1) Conforme deliberação da Comissão de Concurso, constante da Ata nº 08/2009, datada de 14/09/2009, foi DEFERIDA a impugnação à questão nº 41 da Versão 01, a qual será ANULADA, e INDEFERIDA a impugnação apresentada quanto às outras questões, por falta de embasamento jurídico. 2) Publique-se e archive-se. São Paulo, 14/09/2009, (a) JOSÉ RENATO NALINI – Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso; no PROC. Nº 2009/99145 – ILANA KABACZNIK LUONGO - **DECISÃO:** 1) Conforme deliberação da Comissão de Concurso, constante da Ata nº 08/2009, datada de 14/09/2009, foi DEFERIDA a impugnação à questão nº 51 da Versão 02, a qual será ANULADA. 2) Publique-se e archive-se. São Paulo, 14/09/2009, (a) JOSÉ RENATO NALINI – Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso; no PROC. Nº 2009/97978 – ENLUI RODRIGUES TAVEIRA - **DECISÃO:** 1) Conforme deliberação da Comissão de Concurso, constante da Ata nº 08/2009, datada de 14/09/2009, foi DEFERIDA a impugnação à questão nº 51 da Versão 02, a qual será ANULADA, e INDEFERIDA a impugnação apresentada quanto às outras questões, por falta de embasamento jurídico. 2) Publique-se e archive-se. São Paulo, 14/09/2009, (a) JOSÉ RENATO NALINI – Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso; nos PROC. Nº 2009/97962 – LEANDRO JOSÉ DA ASSUMPCÃO, PROC. Nº 2009/97963 – MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA, PROC. Nº 2009/97961 – RENATA QUINA DE OLIVEIRA ASSUMPCÃO, PROC. Nº 2009/97384 – BIANCA ZANATTA - **DECISÃO:** 1)

Conforme deliberação da Comissão de Concurso, constante da Ata nº 08/2009, datada de 14/09/2009, foi DEFERIDA a impugnação à questão nº 72 da Versão 03, a qual será ANULADA, e INDEFERIDA a impugnação apresentada quanto às outras questões, por falta de embasamento jurídico. 2) Publique-se e archive-se. São Paulo, 14/09/2009, (a) JOSÉ RENATO NALINI – Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso; no PROC. Nº 2009/98246 – MÁRCIO RODRIGUES GAMA - **DECISÃO:** 1) Conforme deliberação da Comissão de Concurso, constante da Ata nº 08/2009, datada de 14/09/2009, foi DEFERIDA a impugnação à questão nº 72 da Versão 03, a qual será ANULADA. 2) Publique-se e archive-se. São Paulo, 14/09/2009, (a) JOSÉ RENATO NALINI – Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso; nos PROC. Nº 2009/98752 e nº 2009/98599 – ambos de PAULO EDUARDO CESAR - **DECISÃO:** 1) Conforme deliberação da Comissão de Concurso, constante da Ata nº 08/2009, datada de 14/09/2009, foi DEFERIDA a impugnação à questão nº 82 da Versão 04, a qual será ANULADA, e INDEFERIDA a impugnação apresentada quanto às outras questões, por falta de embasamento jurídico. 2) Publique-se e archive-se. São Paulo, 14/09/2009, (a) JOSÉ RENATO NALINI – Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso; no PROC. Nº 2009/99168 – DENISE CRISTINA DA SILVA - **DECISÃO:** 1) Conforme deliberação da Comissão de Concurso, constante da Ata nº 08/2009, datada de 14/09/2009, foi DEFERIDA a impugnação à questão nº 82 da Versão 04, a qual será ANULADA. 2) Publique-se e archive-se. São Paulo, 14/09/2009, (a) JOSÉ RENATO NALINI – Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso.

FAZ SABER, AINDA, que a **QUESTÃO ANULADA** é a de nº 41 da Versão 01, que equivale à questão nº 51 da Versão 02, questão nº 72 da Versão 03 e questão nº 82 da Versão 04, que é a seguinte:

A presença de advogado é obrigatória

(A) em todas as fases do processo administrativo disciplinar e apenas para recorrer em processo de dúvida registrária.

(B) em todas as fases do processo administrativo disciplinar e do processo de dúvida registrária.

(C) em todas as fases do processo de dúvida registrária e apenas para recorrer em processo administrativo disciplinar.

(D) apenas para recorrer em processo administrativo disciplinar e em processo de dúvida registrária.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital. São Paulo, 15 de setembro de 2009.

(a) JOSÉ RENATO NALINI – Desembargador Presidente da Comissão do 6º Concurso